



MMA

## GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTO - GPD

N°

Data:



## IDENTIFICAÇÃO

Tipo e Número

Ofício nº 215/16

Procedência

ANA

Registro

17975/2016

Interessado

SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH

30/09/2016 10:49:11

**Ministério do Meio Ambiente****Processo Nº 02000.001255/2016-91****Unid. Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO****Interessado:** Secretaria Executiva do CNRH**Resumo:** Alteração no Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF. Volume I

Assunto

Alteração no Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF

## PROVIDÊNCIAS

- ☒ Autuação    ☐ Arquivamento    ☐ Abertura de volume    ☐ Encerramento de volume    ☐ Desarquivamento
- ☐ Reconstituição do processo nº \_\_\_\_\_
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

Justificativa (no caso de reconstituição do processo)

Nome e ramal para contato após providência:

## AUTENTICAÇÃO

Solicitante

Data:

30.08.16

Alinda Moreira S. Santos  
Assistente Técnico

Carimbo/Assinatura

Protocolo Central/Unidade Protocolizadora

Recebi em:

30.09.2016

Hora:

10:10

Assinatura

Assinatura  
Agente Administrativo  
SEPRO/SE/CGGA

Via Única

SECEX/SPOA/CGGA

EM BRANCO



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Gabinete do Ministro**  
**Coordenação-Geral de Apoio Administrativo**  
**Protocolo Geral Nº 00000.017975/2016-00**

Data do Protocolo: 05/08/2016

Hora do Protocolo: 17:21:52

Nº do Documento: 215

Data do Documento: 04/08/2016

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [Agência Nacional de Águas] [Brasil] [DF] [Brasília]  
 Endereço: SECTOR SPO QD. 3, SETOR POLICIAL, BRASÍLIA, DF, BRASIL, CEP: 70610-200

Signatário/Cargo: Vicente Andreu - Diretor Presidente

Resumo: Informa que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF promoveu alterações no seu Regimento Interno ( RI ), em Reunião Plenária Extraordinária realizada no último dia 08/07/2016, que, podem estar ferindo norma emanada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mais precisamente a Resolução CNRH n. 05, de 10/04/2000. Desta forma, informa ao CNRH o fato, de modo que o Conselho possa deliberar sobre o assunto e, caso necessário, tomar as medidas cabíveis.

Colaborador: [Ministério do Meio Ambiente] [Coordenação-Geral de Apoio Administrativo] [Cláudia Marques de Sá] [1639]

**REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.**

Data da Tramitação: 05/08/2016

Hora da Tramitação: 17:22:35

Destino: [Gabinete do Ministro - Chefia]

Despacho: Para conhecimento.

Colaborador: [Ministério do Meio Ambiente] [Coordenação-Geral de Apoio Administrativo] [Cláudia Marques de Sá] [1639]  
 Recebimento: AM - documento em 10 (dez) minutos eletrônico pela unidade.

**REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES**

**DOCUMENTOS APENSADOS**

<p>1ª <i>SRHU, para análise e providências.</i>  <i>Em: 08/08/16</i>  <i>Diva Carvalho</i>  <i>Chefe de Gabinete do Ministro</i></p>	<p>2ª <i>Ao DNH / SRHU para análise. 03/8/16</i>  <i>Gustavo Santos Novais</i>  <i>Chefe de Gabinete Substituto</i>  <i>Matrícula 1480446</i></p>
<p>3ª <i>A SAC / 22A</i>  <i>análise e providências cabíveis</i>  <i>Sérgio Antonio Gonçalves</i>  <i>Diretor de Recursos Hídricos</i>  <i>DRH/SRH/11MA</i></p>	<p>4ª <i>Anderson,</i>  <i>faça elaborar NT apontando as mudanças no Regimento Interno do comitê SF. Comparar com o que determina a Resolução CNRH n. 5/2000</i>  <i>12/8/16</i>  <i>Roseli dos Santos Souza</i>  <i>Gestora de Projeto Substituto</i>  <i>DRH/SRH/11MA</i></p>
<p>5ª</p>	<p>6ª</p>

EM BRANCO



Ofício nº 215/2016/AA-ANA  
Documento nº: 00000.044220/2016-11

Brasília, 4 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ SARNEY FILHO**  
Ministro do Meio Ambiente e Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH  
Esplanada dos Ministérios - Bloco B  
70066-900 – Brasília – DF

Assunto: **Alteração regimental do CBHSF**  
Referência: Processo nº 02501.001152/2016-80

Senhor Ministro,

1. Vimos informar que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF promoveu alterações no seu Regimento Interno (RI), em Reunião Plenária Extraordinária realizada no último dia 8 de julho, que, ao nosso ver, podem estar ferindo norma emanada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mais precisamente a Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000.

2. A Deliberação CBHSF nº 90, que altera o Regimento Interno, diz o seguinte (grifo nosso):

*Art. 26. O CBHSF será dirigido por:*

*I – Diretoria Executiva – DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;*

*II – Diretoria Colegiada – DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.*

*§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.*

*§2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período*

3. Da leitura direta da alteração proposta no parágrafo 2º, identifica-se que o comando regimental inova com relação a uma norma hierarquicamente superior, qual seja, a Resolução CNRH nº 5/2000, que apenas diz que “§1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez” (parágrafo primeiro do artigo 8º). Como a referida Resolução CNRH não cita exceções relacionadas a mandatos parcialmente cumpridos, entendemos que pode haver uma desconformidade na alteração realizada no Regimento Interno do CBHSF.

1 Os documentos destinados à ANA deverão, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

4. Desta forma, diante da possível desconformidade identificada no novo RI do CBHSF, vimos informar ao CNRH o fato, de modo que o Conselho possa deliberar sobre o assunto e, caso necessário, tomar as medidas cabíveis.

5. Por fim, colocamo-nos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)  
VICENTE ANDREU  
Diretor-Presidente

C/C ao Sr. Ricardo José Soavinski, Secretário-Executivo do CNRH.

Unidade: Meio Ambiente  
Assunto: 03  
Data: 30/08/2016

Assinado por: 03 páginas(s)

Data: 30/08/2016

Assinado por: 03

Assinado por: 03

Assinado por: 03

Assinado por: 03

Assinado por: 03

Daniel Damás Vieira  
Agente Administrativo  
TRF/RJDSG/CGOA

Setor Policial - Área 5 - Quadra 3 - Bloco "B", "L", "M" e "T" - Brasília-DF, CEP 70610-200 - telefone (011) 2109-0400  
e-mail: [datap@ans.gov.br](mailto:datap@ans.gov.br) - página eletrônica: [www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B8F77CCG.



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Conselho Nacional de Recursos Hídricos**  
**Protocolo Geral Nº 00000.017989/2016-00**

Data do Protocolo: 08/08/2016

Hora do Protocolo: 09:38:56

Nº do Documento: 215

Data do Documento: 04/08/2016

Tipo do Documento: OFÍCIO

Procedência: [AGÊNCIA NACIONAL DE AGUAS]

Signatário/Cargo: VICENTE ANDREU - DIRETOR PRESIDENTE

Resumo: ALTERAÇÃO REGIMENTAL DO CBHSF REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 02501.001152/2016-80.

Codificação: [Ministério do Meio Ambiente] [Conselho Nacional de Recursos Hídricos] [Norma Normativa] [2152]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º GAC/DAH, solicito analisar o ofício da ANA, contatar o CBHSF e dar os encaminhamentos cabíveis ao tema. 08/08/16 Sfj. Sérgio Antonio Gonçalves Diretor de Recursos Hídricos DRH/SRH/MA	2º
3º	4º
5º	6º
7º	8º

EM BRANCO



MMA/Departamento: CUDH	
Nº	017989 / 16-00
Data	08-08-16
Rubrica	



Ofício nº 215/2016/AA-ANA  
Documento nº: 00000.044220/2016-11

Brasília, 4 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ SARNEY FILHO**  
Ministro do Meio Ambiente e Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH  
Esplanada dos Ministérios - Bloco B  
70068-900 – Brasília – DF

Assunto: **Alteração regimental do CBHSF**  
Referência: Processo nº 02501.001152/2016-80

Senhor Ministro,

1. Vimos informar que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF promoveu alterações no seu Regimento Interno (RI), em Reunião Plenária Extraordinária realizada no último dia 8 de julho, que, ao nosso ver, podem estar ferindo norma emanada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mais precisamente a Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000.

2. A Deliberação CBHSF nº 90, que altera o Regimento Interno, diz o seguinte (grifo nosso):

*Art. 26. O CBHSF será dirigido por:*

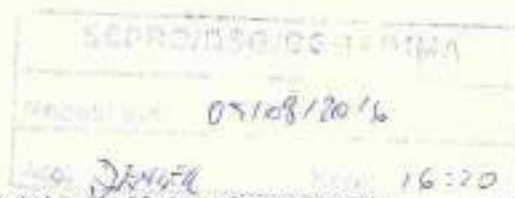
*I – Diretoria Executiva – DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;*

*II – Diretoria Colegiada – DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.*

*§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.*

**§2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período**

3. Da leitura direta da alteração proposta no parágrafo 2º, identifica-se que o comando regimental inova com relação a uma norma hierarquicamente superior, qual seja, a Resolução CNRH nº 5/2000, que apenas diz que “§1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez” (parágrafo primeiro do artigo 8º). Como a referida Resolução CNRH não cita exceções relacionadas a mandatos parcialmente cumpridos, entendemos que pode haver uma desconformidade na alteração realizada no Regimento Interno do CBHSF.



1 Os documentos destinados à ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

4. Desta forma, diante da possível desconformidade identificada no novo RI do CBHSF, vimos informar ao CNRH o fato, de modo que o Conselho possa deliberar sobre o assunto e, caso necessário, tomar as medidas cabíveis.

5. Por fim, colocamo-nos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)  
VICENTE ANDREU  
Diretor-Presidente

C/C ao Sr. Ricardo José Soavinski, Secretário-Executivo do CNRH.

**DELIBERAÇÃO CBHSF Nº 90, de 08 de Julho de 2016**

**Altera a Redação dos artigos 26 e 48 do Regimento Interno do CBHSF**

**O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**, no uso das atribuições; e

**Considerando** o teor do Ofício n.º 16/2016/SAS-ANA, que recomenda a reavaliação da alteração regimental realizada, em razão do disposto na Lei nº 9.433/97 e na Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, nº 005/2000;

**Considerando** a proximidade do Processo Eleitoral para a renovação dos membros do CBHSF;

**Considerando** a necessidade de promover os ajustes necessários no Regimento Interno do CBHSF antes da conclusão do Processo Eleitoral, de forma a assegurar a isonomia de todos os segmentos e representantes,

**DELIBERA:**

**Art. 1º.** O artigo 26 do Regimento Interno do CBHSF passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 26.** O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;

II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.

§2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período.



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

§3º Os membros das Diretorias só poderão ser destituídos por decisão de dois terços do total dos membros do CBHSF, com direito a voto, em reunião extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade.

**Art. 2º.** O artigo 48 do Regimento Interno do CBHSF passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48. Os mandatos eletivos terão a duração de 04 (quatro) anos, permitida a recondução dos seus membros.

**Art. 3º.** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

*Salvador, 08 de Julho de 2016,*

**Anivaldo de Miranda Pinto**  
Presidente do CBHSF

**José Maciel Nunes de Oliveira**  
Secretário do CBHSF



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO**

**NOTA TÉCNICA nº 32/2016/DRH/SRHU/MMA**

Brasília/DF, 30 de agosto de 2016.

**ASSUNTO:** Solicitação da Agência Nacional de Águas para que o CNRH delibere sobre possível desconformidade nas alterações do novo Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF.

**1. DESTINATÁRIO**

Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

**2. INTERESSADO**

Agência Nacional de Águas e Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

**3. REFERÊNCIA**

3.1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

3.2. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

3.3. Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

3.4. Deliberação CBHSF nº 90, de 08 de julho de 2016, que altera a redação dos artigos 26 e 48 do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

**4. FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE TÉCNICA**

4.1. Trata-se da análise preliminar das alterações no Regimento Interno (RI) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, contidas na Deliberação CBHSF nº 90, aprovada na Reunião Extraordinária realizada no dia 8 de julho de 2016. Esta Nota Técnica foi provocada pelo Ofício nº 215/2016/AA-ANA, de 4 de agosto de 2016, que informa sobre as alterações ocorridas no RI do referido Comitê, que podem estar indo de encontro à Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000.

*[assinatura]*



EM BRANCO

4.2. No §2º do Art. 26 da Deliberação CBHSF nº 90 a Agência Nacional de Águas informa sobre uma possível inovação do CBHSF em relação ao período de cumprimento dos mandatos das Diretorias Executiva e Colegiada, considerando mandatos cumpridos acima de dois terços do período regimental (dois terços de quatro anos), conforme descrito abaixo:

*Art. 26. O CBHSF será dirigido por:*

- I- Diretoria Executiva – DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;*
- II- Diretoria Colegiada – DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.*

*§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.*

*§2º Para os efeitos do §1º deste artigo, somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período.*

4.3. A Resolução CNRH nº 5/2000, em seu §1º do Art. 8º, rege que os mandatos do Presidente e do Secretário dos Comitês de Bacia devem ser coincidentes, podendo ser reeleitos uma única vez, não citando exceções relacionadas a mandatos parcialmente cumpridos. Portanto, a Deliberação CBHSF nº 90 estaria em desconformidade com a Resolução do CNRH. Não obstante à autonomia dos Comitês de Bacia para modificarem seus Regimentos Internos, no sentido de aprimorar seus procedimentos administrativos, cabe ressaltar que não se trata de ato administrativo discricionário, uma vez que a norma do CNRH rege o funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

4.4. O Princípio da Legalidade é considerado o mais importante princípio da Administração Pública e decorre imediatamente do exposto na Constituição Federal em seu Art. 5º, II que dispõe que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Caracteriza-se como diretriz e limitador da atuação do gestor público, ao qual só é permitido fazer o que a lei, ou mesmo normas infralegais, expressamente autorizam.

4.5. Em síntese, o §2º do Art. 26 da Deliberação CBHSF nº 90/2016 está em desconformidade com a Resolução CNRH nº 5/2000, pois seus atos administrativos estão restritos exclusivamente ao que esta Resolução autoriza fazer em relação aos mandatos dos seus dirigentes. Ressalta-se que o CBHSF pode sugerir ao CNRH alterações que julgue necessárias na Resolução CNRH nº 5/2000.

## 5. CONCLUSÃO E PROPOSIÇÃO

5.1. A análise preliminar do requerimento da ANA sobre as alterações ocorridas no RI do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, mostra que a

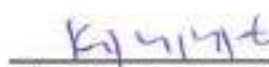
EM BRANCO

Deliberação CBHSF nº 90/2016 traz exceções relacionadas a mandatos parcialmente cumpridos, o que vai de encontro à Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000.

5.2. Sugiro o encaminhamento do presente processo para a CONJUR, comunicando o fato da desconformidade do §2º do Art. 26 a Deliberação CBHSF nº 90/2016, para elaboração de Parecer levando em consideração a fundamentação desta Nota Técnica. Caso seja do interesse do CBHSF, que o Comitê encaminhe uma proposta de alteração da Resolução CNRH nº 5/2000 à Secretaria Executiva do CNRH para que seja analisada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

  
**ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA**  
Analista Ambiental

De acordo.

  
**JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT**  
Gerente de Projetos

  
**SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES**  
Diretor de Recursos Hídricos

De acordo. Encaminhe-se o processo para a CONJUR, comunicando os fatos observados nesta Nota Técnica.

  
**RICARDO J SOAVINSKI**  
Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

EM BRANCO



## Relatório de Operações do SAPIENS:

As seguintes operações foram realizadas com sucesso:

NUP 00744.000312/2016-95 criado com sucesso!



**TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO**

Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente

Hasta data hoje e para o futuro, manifestamos a seguinte manifestação:

☐ Permissão ☐ Licença ☐ Autorização ☐ Declaração ☐ Outros

Nº \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Assinatura e Carimbo

**TERMO DE JUNTADA**

Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente

Nº 11-29 Data de expedição nº 20884/2016

Data 08-04-16 às 16-02

*[Assinatura]*

Assinatura e Carimbo

**URGENTE****MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

SEPPI 505, Bloco B, Edifício Mario Prezzi Cruz, 1º andar, Sala 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.730-542

Fones: (61) 3028-2000

Memorando nº 212/2016/GAB/SRHU/MMA

MMA/Departamento: SRHU	
Nº 020834/2016-02	
Data 08.09.2016	Rubrica 

Em, 08 de setembro de 2016.

À Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente

Assunto: **Documentos complementares ao Processo nº 0200.0012552016/91**

1. Informamos o recebimento do documento, anexo, encaminhado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, por meio do ofício CBHSF nº 033/2016/P, de 05 de setembro de 2016.
2. Tendo em vista a relação com o tema objeto do processo em referência, que trata das alterações no regimento interno desse Comitê, solicitamos os préstimos dessa Consultoria em apensá-lo, bem como considerá-lo em sua análise.

Atenciosamente,

**SÉRGIO ANTONIO GONÇALVES**Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano  
Substituto

EM BRANCO





Ofício CBHSF nº 033/2016/P

Maceió-AL, 05 de Setembro de 2016.

Ao Senhor  
Ricardo Soavinski  
Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano  
Secretário Executivo do CNRH  
Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios – 505 Norte - Bloco "B"  
CEP: 70.068-900 – Brasília/DF.

**Assunto: Esclarecimentos sobre Alterações no Regimento Interno do CBHSF.**

Senhor Secretário:

Tendo tomado conhecimento de que a Agência Nacional de Águas (ANA) encaminhou a Vossa Senhoria o Ofício nº 215/2016, de 04/08/2016, questionando as alterações promovidas no Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, aprovadas pela DELIBERAÇÃO CBHSF nº 90, de 08 de Julho de 2016, venho, pelo presente, prestar os devidos esclarecimentos sobre o assunto, para demonstrar a correção e a legalidade da ação praticada pelo CBHSF.

Atenciosamente,

Anivaldo de Miranda Pinto  
Presidente do CBHSF

Secretaria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco  
Av. Dr. Antônio Gomes de Barros 625, sala 211,  
Jatiúca, Maceió-AL, CEP: 57.036-000  
Telefones: (82)3325-2244  
[www.cbhsaofrancisco.org.br](http://www.cbhsaofrancisco.org.br)



Anexo ao Ofício CBHSF nº 033/2016-P

I – Resumo dos Fatos

Atendendo a demanda de vários de seus membros, o CBHSF aprovou por meio da DELIBERAÇÃO CBHSF nº 86, de 09 de dezembro 2015 (em anexo), a alteração do artigo 26, § 1º, de seu Regimento Interno, acerca da reeleição dos membros de sua Diretoria, com a seguinte redação:

"Art. 26. O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;

II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§ 1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de três anos, permitida a reeleição.

(...)"

A referida alteração teve como objetivo estabelecer tratamento isonômico entre as regras de reeleição para os cargos das Diretorias (artigo 26, § 1º, do RI) e para membro do CBHSF, prevista no artigo 48, caput, do RI/CBHSF, da seguinte forma:

"Art. 48. Os mandatos eletivos terão a duração de três anos, permitida a recondução da entidade membro."

Por meio do Ofício nº 16/2016/SAS/ANA (em anexo), de 07 de março de 2016, a Agência Nacional de Águas (ANA) questionou a referida alteração regimental ao argumento de que estaria incompatível com o disposto no artigo 8º, IV, § 1º, da Resolução CNRH nº 005/2000, que assim dispõe:

"Art. 8º Deverá constar nos regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o seguinte:

(...)

IV - o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição. (NR) Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º.

§ 1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez.

(...)"

Em razão desse fato, o CBHSH, representado por dois membros de sua Câmara Técnica Legal e Institucional (CTIL), reuniu-se em 12/05/2016 com o Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos





(SAS) da ANA, Doutor Humberto Cardoso Gonçalves para discussão do assunto. Na ocasião, além da alteração do citado artigo 26, § 1º, foi discutida a alteração do tempo de mandato para os membros do Colegiado e cargos das diretorias, bem como a regulamentação da reeleição para aos mandatos das Diretorias não cumpridos integralmente.

Ao fim da reunião, as partes chegaram ao seguinte entendimento: o CBHSF iria efetuar alteração em seu Regimento Interno nos seguintes termos:

1) reeleição dos membros das Diretorias: o CBHSF, a fim de evitar interpretações conflitantes ou equivocadas sobre esta questão, iria rever a redação atual do parágrafo 1º do artigo 26 de seu Regimento Interno, tendo em vista o disposto no parágrafo 1º do artigo 8º, da Resolução CNRH nº 005/2000;

2) tempo de mandato dos membros do CBHSF e dos Cargos das Diretorias: os mandatos passariam de 03 para 04 anos para se adequarem aos mandatos dos Prefeitos dos Municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

3) mandatos não cumpridos integralmente por membros das Diretorias: o CBHSF iria estabelecer critérios para a renovação de mandato não cumprido integralmente, considerando a falta de regulamentação da matéria pela Lei Federal nº 9.433/97, Resolução nº 005/2000, do CNRH, e o fato de alguns Comitês terem regulamentado a questão, como o CBH Rio das Velhas e CBH Rio Urucuia em Minas Gerais, por exemplo;

4) Ciência das alterações regimentais ao CNRH, após a efetivação das mesmas e conclusão do Processo Eleitoral para renovação dos membros do CBHSF, mandato 2016-2020.

Registre-se que na ocasião a ANA não fez nenhuma objeção e/ou ressalva quanto às alterações regimentais discutidas, o que fez com que o CBHSF considerasse o assunto resolvido.

Pois bem. A poucos dias da Plenária Extraordinária marcada para o dia 08/07/2016, onde seriam discutidas as citadas alterações regimentais, o CBHSF foi surpreendido pela ANA que, por meio do Ofício nº 55/2016-SAS/ANA, de 24/06/16 (em anexo), questionou a proposta de regulamentação dos mandatos incompletos para cargos das Diretorias ao argumento de que seria incompatível com a citada Resolução CNRH nº 005/2001.

Realizada a Plenária, na qual a ANA participou e teve amplo espaço para transmitir seus argumentos em face de sua discordância com as alterações regimentais propostas, o CBHSF, por meio da DELIBERAÇÃO Nº 90, de 08 de julho de 2016 (em anexo), aprovou, sem voto contrário (apenas 08 abstenções), as



alterações nos artigos 26 e 48 do seu Regimento Interno (ata em anexo), que passaram a ter as seguintes redações:

\*Art. 26. O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;

II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.

§2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período.

Art. 48. Os mandatos eletivos terão a duração de 04 (quatro) anos, permitida a recondução dos seus membros."

Este é um resumo dos fatos, que serve para demonstrar que o processo de atualização do Regimento Interno do CBHSF vem desde 2013.

## II. Da Legalidade da Ação do CBHSF

Conforme já relatado, o CBHSF aprovou por meio da Deliberação n.º 90, de 08 de julho de 2016, a alteração do art. 26 do seu Regimento Interno, que passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;

II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§ 1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.

§ 2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período.

Pelo teor do ofício nº 55/2016/SAS-ANA, a ANA teria questionado a inclusão do § 2º, acima destacado, que, no seu entender, estaria em desacordo com a Lei nº 9.433/97 e Resolução nº 05/2000 do CNRH.

Inicialmente, é preciso avaliar o conteúdo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Em seu art. 1º, inciso VI, a referida Lei determina que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada.





Por sua vez, o art. 32 cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o art. 33 elenca os integrantes do referido sistema, valendo destacar os seguintes:

Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:  
I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;  
I-A. – a Agência Nacional de Águas;  
[...] III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;

Continuando, o art. 35 estabelece as competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, merecendo ressaltar o seu inciso VII:

Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:  
[...]  
VII - aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;

Por fim, o art. 40 determina que “os Comitês de Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um Presidente e um Secretário, eleito dentre seus membros”.

Conforme se depreende dos dispositivos acima destacados, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, sendo os Comitês de Bacias Hidrográficas integrantes desse sistema.

Além disso, verifica-se que cabe ao CNRH estabelecer critérios gerais para a elaboração dos regimentos internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, determinando a referida Lei apenas que os mesmos deverão ser dirigidos por um Presidente e Secretário, eleito dentre seus membros.

Desde já, percebe-se que a Lei n.º 9.433/97 não trata especificamente dos mandatos dos gestores dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, visando estabelecer diretrizes gerais para a formação e funcionamento dos referidos Comitês, editou a Resolução nº 05/2000 – CNRH, no exercício do poder regulamentar conferido pela referida Lei (art. 35, inciso VII).

No que diz respeito ao presente caso, a aludida Resolução determina, em seu art. 8º, qual o conteúdo mínimo obrigatório dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas:

Art. 8º Deverá constar nos regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o seguinte:



I - número de votos dos representantes dos poderes executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecido o limite de quarenta por cento do total de votos;

II - número de representantes de entidades civis, proporcional à população residente no território de cada Estado e do Distrito Federal, cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação, com pelo menos, vinte por cento do total de votos, garantida a participação de pelo menos um representante por Estado e do Distrito Federal;

III - número de representantes dos usuários dos recursos hídricos, obedecido quarenta por cento do total de votos; e

IV - o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição.

§ 1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez;

§ 2º As reuniões e votações dos Comitês serão públicas, dando-se à sua convocação ampla divulgação, com encaminhamento simultâneo, aos representantes, da documentação completa sobre os assuntos a serem objeto de deliberação;

§ 3º As alterações dos regimentos dos Comitês somente poderão ser votadas em reunião extraordinária, convocada especialmente para esse fim, com antecedência mínima de trinta dias, e deverão ser aprovadas pelo voto de dois terços dos membros do respectivo Comitê.


Conforme se verifica acima, a Resolução nº 05/2000 – CNRH tratou dos mandatos dos gestores dos Comitês de Bacias Hidrográficas de forma mais específica do que a Lei nº 9.433/97, estabelecendo alguns aspectos que os Regimentos Internos dos Comitês devem normatizar: i) mandatos dos representantes e critérios de renovação ou substituição; ii) mandatos coincidentes do Presidente e Secretário; iii) possibilidade de reeleição por uma única vez.

Estabelecidas essas premissas, é preciso analisar se a alteração regimental do art. 26, aprovada por meio da Deliberação CBHSF nº 90, de 08 de julho de 2016, está de acordo com os instrumentos normativos acima referidos.

E analisando o seu teor, percebe-se que ela não ofende a Lei nº 9.433/97, nem a Resolução nº 05/2000 do CNRH.

Com efeito, verifica-se que a alteração aprovada pelo CBHSF atende aos critérios estabelecidos pelas aludidas normas. Quanto ao § 1º, do art. 26, do Regimento Interno, ele mantém os mandatos coincidentes do Presidente e Secretário, bem como a possibilidade de reeleição por uma única vez.

No que diz respeito ao § 2º, ele estabelece critérios de renovação e substituição dos mandatos incompletos dos representantes do CBHSF, exatamente como autoriza o art. 8º, inciso IV, da Resolução nº 05/2000 do CNRH.





Nesse sentido, vale esclarecer que tanto a Lei nº 9.433/97, como a Resolução nº 05/2000 do CNRH, legislaram apenas superficialmente quanto aos mandatos dos gestores dos Comitês de Bacias Hidrográficas, estabelecendo critérios gerais para a elaboração dos seus Regimentos Internos.

Desse modo, cada Comitê está autorizado, quando da elaboração ou alteração do seu Regimento Interno, a, diante de eventual omissão de normas superiores, a legislar supletivamente sobre as peculiaridades inerentes ao caso concreto de sua atuação, desde que não contrarie os parâmetros gerais estabelecidos pela Lei nº 9.433/97 e pelo CNRH.

Trata-se do exercício do poder normativo ou regulamentar por parte da Administração Pública, conforme lição de ODETE MEDAUAR:

"No direito brasileiro, o poder regulamentar destina-se a explicitar o teor das leis, preparando sua execução, completando-as, se for o caso." (in Direito administrativo moderno. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 114)

Outrossim, negar essa possibilidade de complementar a legislação regimental dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de forma supletiva em casos de omissão da legislação hierarquicamente superior, implicaria em interferência indireta em sua organização administrativa, o que é vedado, tendo em vista que os Regimentos Internos possuem natureza jurídica de matéria interna corporis.

Por fim, vale ressaltar que outros Comitês de Bacias Hidrográficas também possuem redação semelhante em seus Regimentos Internos à aprovada pelo CBHSF, a exemplo do CBH Rio das Velhas e do CBH Rio Urucuia, de Minas Gerais, cujas disposições regimentais seguem abaixo, respectivamente:

#### CBH Rio das Velhas

"Art. 16. O Comitê será presidido por um de seus membros, eleito na forma prevista neste Regimento Interno.

§ 1º O mandato dos membros da Diretoria será coincidente com a eleição dos seus membros, podendo cada um de seus membros se candidatar a mesma função uma única vez no mandato subsequente.

§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior não serão computados os períodos de exercício de cargos da Diretoria Inferiores a (01) um ano."

#### CBH Rio Urucuia

"Art. 16 O Comitê será presidido por um de seus membros, eleito na forma prevista neste Regimento Interno e normas complementares aprovadas pelo plenário.

§ 1º O mandato dos membros da diretoria será de 2 (dois) anos, podendo cada um de seus membros ser reeleito uma única vez em quaisquer das funções da diretoria.



§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior somente serão considerados os mandatos integralmente cumpridos."

Observa-se, portanto, que as alterações regimentais em questão referem-se a matérias que já se encontram regulamentadas em outros CBHs, e não questionados pela ANA até a presente data, não sendo, desse modo, uma criação e/ou invenção do CBHSF.

### III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a alteração do art. 26 do Regimento Interno do CBHSF, mais precisamente a inclusão do § 2º, decidida por meio da Deliberação n.º 90, de 08 de julho de 2016, está de acordo com a Lei nº 9.433/97 e com a Resolução nº 05/2000 do CNRH, tendo o CBHSF normatizado à questão de forma supletiva, diante de omissão dos atos normativos superiores, e dentro dos limites do seu poder regulamentar, respeitando as normas legais superiores, o CNRH e a ANA.

Destaque-se, ainda, que as alterações ora propostas visam deixar o Regimento Interno do CBHSF em sintonia com as normas legais acima citadas, regulamentar matérias importantes não disciplinadas no âmbito do Comitê (já previstas nos RIs de outros comitês), bem como assegurar um procedimento isonômico para todos os segmentos e representantes no processo eleitoral de 2016, em vias de conclusão, com a posse de seus membros e eleição de seus dirigentes previstas para Setembro/16.

Assim sendo, o CBHSF está convicto de que as alterações regimentais efetuadas são regulares e legais, uma vez praticadas com respeito à legislação hierarquicamente superior e aos normativos do CNRH, e dentro de seu poder regulamentar.

Maceió, 05 de setembro de 2016.

  
Anivaldo de Miranda Pinto  
Presidente do CBHSF

**DELIBERAÇÃO CBHSF Nº 86, de 09 de Dezembro de 2015**

*Consolida as alterações promovidas na Deliberação CBHSF nº 79, de 05 de dezembro de 2013, no Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.*

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001, no uso das atribuições,

**RESOLVE:**

**Art.1º** Consolidar as alterações promovidas na Deliberação CBHSF nº 79 de 05 de dezembro de 2013, no Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, na forma prevista no Anexo único, parte integrante desta Deliberação.

**Art. 2º** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Salvador/BA, 09 de dezembro de 2015.

**Anivaldo de Miranda Pinto**

Presidente do CBHSF

**José Maciel Nunes de Oliveira**

Secretário do CBHSF



# **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**

## **ANEXO ÚNICO - REGIMENTO INTERNO**

### **CAPÍTULO I DA NATUREZA JURÍDICA, ÁREA DE ATUAÇÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS**

#### **Seção I Da Natureza Jurídica e Área de Atuação**

**Art. 1º** O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF é órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos previstos na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no Decreto de 5 de junho de 2001 e na Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

**Art. 2º** O CBHSF tem como área de atuação a totalidade da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, localizada nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e no Distrito Federal, delimitada pela sua área de drenagem com sua foz.

**Parágrafo único.** Na área de atuação de que trata o caput deste artigo, o CBHSF desenvolverá suas ações com base nos fundamentos da Lei Federal nº 9.433/97, em especial, no que se refere à gestão descentralizada e participativa, entre o Poder Público, os usuários e a sociedade civil.

#### **Seção II Da Finalidade**

**Art. 3º** O CBHSF tem por finalidade promover:

I - a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, articulando a viabilidade técnica, econômica e financeira de programas e projetos de investimento e apoiando a integração entre as políticas públicas e setoriais, visando ao desenvolvimento sustentável da bacia como um todo;

II - a articulação e a integração entre os Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, inclusive integrando as políticas municipais e as iniciativas regionais, estudos, planos, programas e projetos, às diretrizes e metas estabelecidas para o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com vistas a conservar, preservar, proteger e recuperar os recursos hídricos.

**Art. 4º** O CBHSF e sua Agência de Água ou Entidade Delegatária terão sede ou representação em cidades a serem escolhidas pelo Plenário, respeitando-se a representação por região fisiográfica (Alto, Médio, Submédio, Baixo).



## Seção III Da Competência

### Art. 5º Compete ao CBHSF:

- I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia e suas alterações, respeitando as diretrizes do CNRH e do Plano Nacional de Recursos Hídricos, compatibilizando, de forma articulada e integrada, os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes ao Rio São Francisco com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica de sua área de atuação;
- IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- V - propor ao CNRH quantitativos de acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos de forma integrada com os critérios definidos no âmbito das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, do Plano da Bacia e do Pacto das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir ao CNRH os valores a serem cobrados na Bacia, em articulação com os Comitês de Bacia Afluentes, de forma integrada com as respectivas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos;
- VII - deliberar sobre as prioridades de aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº 9.433/97;
- VIII - solicitar a criação de sua Agência de Água ou indicar a Entidade Delegatária, mediante processo seletivo prévio, que exercerá a função de secretaria executiva do CBHSF, conforme disposto no art. 41 da Lei Federal nº 9.433/97;
- IX - apreciar a proposta orçamentária da Agência de Água ou Entidade Delegatária e deliberar sobre o Plano de Aplicação, conforme previsto no art. 44, inciso VIII e XI, alínea c, da Lei Federal nº 9.433/97;
- X - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;
- XI - desenvolver e apoiar iniciativas em educação ambiental em consonância com a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- XII - exercer as demais competências definidas pela legislação, em cumprimento à Lei Federal nº 9.433/97 e da sua regulamentação.



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

## CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO, INDICAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

### Seção I Da Composição e Indicação

**Art. 6º** O Plenário do CBHSF será composto por 62 (sessenta e dois) membros titulares de acordo com as representações dos seguintes segmentos e categorias:

I - União, com 5 (cinco) representantes, sendo 1 (um) para cada uma das seguintes instituições:

- a) Ministério do Meio Ambiente;
- b) Ministério da Integração Nacional;
- c) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- d) Ministério de Minas e Energia;
- e) Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

II - Estados, com 6 (seis) representantes, sendo um para cada Unidade Federativa que compõe a bacia hidrográfica, quais sejam: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e o Distrito Federal com 1 (um) representante;

III - Municípios, cujos territórios se situam total ou parcialmente na bacia, com 8 (oito) representantes, assim distribuídos por Estado:

- a) 3 (três) de Minas Gerais;
- b) 2 (dois) da Bahia;
- c) 1 (um) de Pernambuco;
- d) 1 (um) de Alagoas;
- e) 1 (um) de Sergipe.

IV - usuários de recursos hídricos de sua área de atuação, com 24 (vinte e quatro) representantes, distribuídos por cada categoria descrita a seguir:

a) 6 (seis) para abastecimento urbano, inclusive diluição de efluentes urbanos, sendo: 2 (dois) localizados em Minas Gerais; 1 (um) na Bahia; 1 (um) em Pernambuco; 1 (um) em Alagoas e 1 (um) em Sergipe;

b) 5 (cinco) para indústria, captação e diluição de efluentes industriais e mineração, sendo: 3 (três) localizados em Minas Gerais; 1 (um) na Bahia; 1 (um) em Pernambuco;

c) 6 (seis) para irrigação e uso agropecuário, sendo: 2 (dois) localizados em Minas Gerais; 2 (dois) na Bahia; 1 (um) em Pernambuco e 1 (um) em Sergipe;

d) 1 (um) para o hidroviário localizado na Bahia;

e) 4 (quatro) para pesca, turismo e lazer, sendo: 1 (um) localizado em Minas Gerais; 1 (um) na Bahia; 1 (um) em Alagoas e 1 (um) em Pernambuco;



- f) 2 (dois) para as concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica.

V - entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia, com 16 (dezesesseis) representantes, distribuídas de acordo com as categorias definidas no art. 47 da Lei nº 9.433/97:

- a) 2 (dois), para consórcios e associações intermunicipais ou de usuários, sendo: 1 (um) em Minas Gerais e 1 (um) na Bahia;
- b) 5 (cinco) para as organizações técnicas de ensino e pesquisa ou outras organizações, sendo: 1 (um) de Minas Gerais; 1 (um) da Bahia; 1 (um) de Pernambuco; 1 (um) de Alagoas e 1 (um) de Sergipe;
- c) 8 (oito), para organizações não governamentais, sendo: 4 (quatro) de Minas Gerais; 1 (um) da Bahia; 1 (um) de Pernambuco; 1 (um) de Alagoas e 1 (um) de Sergipe;
- d) 1 (um) para as comunidades tradicionais quilombolas, no âmbito da bacia.

VI - Povos indígenas residentes ou com interesse na bacia, com 2 (dois) representantes eleitos no âmbito da mesma.

§ 1º Cada membro titular contará com um suplente.

§ 2º Os representantes dos segmentos do Poder Público Municipal, dos Usuários de Recursos Hídricos e da Sociedade Civil, titulares e suplentes, serão, obrigatoriamente, de entidades distintas, à exceção das categorias para as quais não haja mais de uma entidade representativa.

§ 3º A indicação dos representantes, titulares e suplentes, dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Distrital, dar-se-á pelo titular de cada órgão representado.

§ 4º O processo de escolha dos membros titulares e suplentes representantes do Poder Público Municipal, dos Usuários e das Organizações Cívicas, dar-se-á mediante eleição e terá ampla e prévia divulgação.

§ 5º O processo de escolha dos membros titulares e suplentes representantes das categorias de usuários, irrigação e pesca, dos Estados de Alagoas e Sergipe poderão alternar conforme deliberação da CCR do Baixo SF.

§ 6º A representação dos usuários da categoria concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica dar-se-á pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, cabendo às mesmas indicar os respectivos suplentes.

§ 7º O representante titular dos usuários da categoria abastecimento urbano será indicado pela empresa estadual de saneamento.



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

## Seção II Das Atribuições dos Membros

**Art. 7º** Aos membros do CBHSF compete:

- I - discutir e votar todas as matérias que lhe forem submetidas;
- II - apresentar propostas e sugerir matérias para apreciação do Plenário;
- III - solicitar vistas de processos ou matérias, devidamente justificadas, que serão apreciadas e decididas pelo Plenário;
- IV - propor ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias, explicitando o assunto a ser tratado, o qual submeterá a decisão a DIREC;
- V - propor inclusão de matéria na ordem do dia, bem como, prioridade de assuntos dela constante;
- VI - requerer votação nominal;
- VII - fazer constar em ata o ponto de vista discordante, quando julgar relevante;
- VIII - propor o convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para trazer subsídios às decisões do CBHSF.
- IX - votar e ser votado para os cargos previstos neste Regimento;
- X - deliberar sobre a solicitação de vistas das matérias e processos;
- XI - propor a criação ou extinção de Câmaras Técnicas;
- XII - participar das Câmaras Técnicas;
- XIII - participar das Reuniões das Câmaras Consultivas Regionais;
- XIV - propor a criação ou substituição da Agência de Água como Entidade Delegatária do CBHSF.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 8º** A Estrutura do CBHSF compreende:

- I - Plenário;
- II - Diretoria Executiva - DIREX;
- III - Diretoria Colegiada - DIREC;



- IV - Câmaras Consultivas Regionais - CCR;  
V - Câmaras Técnicas - CT.

**Seção I**  
**Do Plenário**

**Art. 9º** O Plenário é o órgão deliberativo do CBHSF, composto de acordo com o art. 6º deste Regimento.

**Art. 10.** Durante as reuniões do Plenário os membros suplentes terão direito a voto somente na ausência do respectivo membro titular, mas poderão se manifestar em qualquer situação.

**Art. 11.** São atribuições do Plenário do CBHSF:

- I - deliberar sobre as matérias descritas no art. 5º;
- II - aprovar Moção, quando se tratar de manifestação de qualquer outra natureza, relacionada às finalidades do CBHSF, definidas no art. 3º deste Regimento;
- III - eleger e destituir o Presidente, o Vice-presidente e o Secretário do CBHSF e homologar a indicação dos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais;
- IV - deliberar sobre o Regimento Interno do CBHSF e suas alterações.

**§ 1º** As decisões do CBHSF terão a forma de Deliberação, dando-se conhecimento às partes diretamente interessadas por meio de ofício, carta registrada, e-mail e disponibilizadas no seu sítio eletrônico.

**§ 2º** As Deliberações do Plenário serão numeradas sequencialmente e catalogadas pela Secretaria Executiva do CBHSF.

**Art. 12.** O Plenário do CBHSF reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, sendo uma reunião por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou por número equivalente a um terço do total dos seus membros.

**Parágrafo Único.** As reuniões ordinárias e extraordinárias do CBHSF serão públicas.

**Art. 13.** As reuniões serão instaladas com a presença de, no mínimo, dois terços do total de membros do Plenário do CBHSF, com direito a voto, em primeira convocação e, com maioria absoluta, em segunda convocação, espaçada em uma hora da primeira e, uma vez instalada e iniciada a reunião, suas matérias serão deliberadas por maioria simples.

**§ 1º** No decorrer da reunião, poderá qualquer membro com direito a voto solicitar verificação de quórum e se identificada a redução do quórum de instalação, será confrontada a lista de presença para identificação dos ausentes sem justificativa, caso em que a reunião ficará suspensa por trinta minutos.



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

§ 2º Após o decurso do prazo do parágrafo anterior e não restabelecido o quórum de instalação em segunda convocação, a reunião será retomada com, no mínimo, 1/3 (um terço) do plenário.

§ 3º Os membros do CBHSF serão notificados por escrito da ausência sem justificativa dos representantes e, daqueles custeados com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, será exigida a restituição dos valores.

**Art. 14.** As convocações para as reuniões do CBHSF serão feitas com antecedência mínima de trinta dias, no caso de reuniões ordinárias e, de quinze dias, para as reuniões extraordinárias.

§ 1º A convocação indicará, expressamente, a data, hora e local em que será realizada a reunião, acompanhada da pauta, sendo encaminhada aos membros do Plenário, obrigatoriamente por carta registrada e por meio eletrônico.

§ 2º Será dada ampla divulgação da convocação, inclusive por meio do site eletrônico do CBHSF.

§ 3º O encaminhamento da convocação conterá toda a documentação sobre os assuntos a serem tratados, exceto os requerimentos de urgência, devendo constar, obrigatoriamente:

- I - minuta da ata da reunião anterior;
- II - minuta das Deliberações e Moções a serem apreciadas;
- III - documentos encaminhados pelas CT.

**Art. 15.** Não havendo *quórum* para a realização da reunião ordinária, haverá nova convocação, no prazo de quinze dias da primeira convocação, que deverá atender ao *quórum* definido no art. 13 deste Regimento.

**Art. 16.** O Plenário definirá o local onde serão realizadas as reuniões ordinárias e extraordinárias do CBHSF.

**Parágrafo único.** O calendário anual das reuniões ordinárias deverá ser aprovado pelo Plenário na última reunião do ano.

**Art. 17.** As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente das matérias que justificarem suas convocações, somente podendo ser objeto de decisão os assuntos que constem da pauta da reunião.

**Parágrafo único.** Sendo a matéria de decisão alteração do Regimento Interno, será requerido quórum de dois terços do total de membros do Plenário do CBHSF para instalação e aprovação, devendo ser convocada exclusivamente para este fim com, no mínimo, trinta dias de antecedência.



**Art. 18.** As reuniões ordinárias e extraordinárias terão suas pautas preparadas pelo Secretário do CBHSF e aprovadas pela Diretoria Executiva, delas constando necessariamente:

- I - abertura de sessão e verificação de *quórum*;
- II - discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III - comunicações;
- IV - apreciação de cada tema objeto da pauta da reunião, seguido de debate;
- V - votação e decisão;
- VI - encerramento.

§ 1º Os assuntos a serem tratados deverão, necessariamente, constar do ato de convocação.

§ 2º A inclusão de matéria de caráter urgente e relevante não constante da pauta, somente poderá ser apresentada no início dos trabalhos e sua inclusão dependerá de maioria absoluta.

§ 3º O Plenário decidirá sobre pedido de vistas e, em caso de concessão, estipulará o prazo de retorno do assunto à pauta.

§ 4º Os documentos que venham a ser objeto de pedido de vistas em uma reunião ordinária ou extraordinária, integrarão, obrigatoriamente, a pauta da reunião seguinte para apreciação e não podem ser retirados da pauta por novo pedido de vistas, a não ser por decisão de dois terços dos membros do plenário com direito a voto.

**Art. 19.** O Presidente do Comitê, por solicitação justificada de qualquer membro presente e com direito a voto e por decisão de dois terços destes, poderá determinar a inversão da ordem de itens constantes da pauta.

**Art. 20.** As questões de ordem, que versarão sobre a forma de encaminhamento dos debates e votação da matéria em pauta, poderão ser levantadas a qualquer tempo, por qualquer de seus membros, devendo ser formuladas com clareza.

**Parágrafo único.** As questões de ordem serão decididas pelo coordenador da mesa dos trabalhos.

**Art. 21.** As Decisões e as Moções do CBHSF poderão ser tomadas por, pelo menos, dois terços dos membros presentes com direito a voto.

§ 1º As votações serão nominais e abertas.

§ 2º Qualquer membro do CBHSF poderá abster-se de votar.



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**§ 3º** No caso de empate nas decisões caberá ao Presidente o voto decisivo.

**Art. 22.** A matéria a ser submetida à apreciação do Plenário poderá ser apresentada por quaisquer dos membros do CBHSF.

**§ 1º** A matéria de que trata este artigo será encaminhada ao Secretário do CBHSF, que proporá ao Presidente a sua inclusão na pauta da reunião, conforme a ordem cronológica de sua apresentação, ouvidas, quando couber, as Câmaras Técnicas competentes.

**§ 2º** As solicitações subscritas por um terço dos membros titulares do CBHSF deverão, obrigatoriamente, ser incluídas na pauta da reunião seguinte.

**Art. 23.** No caso da impossibilidade de comparecimento do membro titular a Reunião Plenária do CBHSF, este deverá informar, em tempo hábil à Secretaria Executiva do CBHSF, para que esta possa comunicar ao membro suplente a ausência do titular.

**§ 1º** Em caso de membro que tenha suas despesas de locomoção e estadia custeadas pelo CBHSF, o prazo será de, no mínimo, 15 (quinze) dias.

**§ 2º** A Secretaria Executiva do CBHSF deverá tomar as providências cabíveis para participação do membro suplente na reunião.

**§ 3º** Comprovada a necessidade, o CBHSF custeará as despesas de deslocamento e estadia dos representantes dos membros indicados no inciso IV, alíneas "c", "d" e "e", e dos incisos V e VI do art. 6º deste regimento interno, com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, na forma da legislação. *(Parágrafo alterado pela Deliberação CBHSF nº 77 de 05 de dezembro de 2013)*

**§ 4º** A DIREX a cada mandato do CBHSF, editará Portaria definindo os representantes que terão suas despesas custeadas na forma do parágrafo anterior, inclusive as situações excepcionais.

**Art. 24.** O CBHSF deverá realizar audiências públicas para discussão de matérias consideradas relevantes pelo Plenário, diretamente, ou por meio de suas Câmaras Consultivas Regionais.

**Art. 25.** As atas deverão ser redigidas de forma sucinta, aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário e, posteriormente, tornadas públicas, em especial por meio do sítio eletrônico do CBHSF.

### Seção II Das Diretorias

**Art. 26.** O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;



II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

**§ 1º** Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de três anos, permitida a reeleição.

**§ 2º** Os membros das Diretorias só poderão ser destituídos por decisão de dois terços do total dos membros do CBHSF, com direito a voto, em reunião extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade.

**Art. 27.** São competências da DIREX:

I - Deliberar sobre assuntos de natureza administrativa, encaminhados pelo Presidente ou Secretário do CBHSF;

II - Tratar de assuntos institucionais encaminhados pelo Presidente, Secretário ou Vice-presidente do CBHSF no âmbito de suas atribuições;

III - Encaminhar às CT matérias e propostas de cunho técnico, científico e institucional, atinentes às suas competências.

IV - receber e responder as demandas e solicitações encaminhadas pelas CTs e CCRs;

**Art. 28.** São competências da DIREC:

I - Receber e responder as demandas e solicitações encaminhadas pelas CCR;

II - Encaminhar matérias para análise e deliberação do Plenário, por meio do Secretário do CBHSF, respeitados os critérios de prazo e encaminhamento previstos neste Regimento Interno;

III - Deliberar sobre matérias e assuntos encaminhados pelo Presidente do CBHSF;

IV - Deliberar sobre matérias e assuntos encaminhados por quaisquer dos seus membros desde que acatados pela maioria;

V - Encaminhar para análise e deliberação do Plenário os relatórios das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBHSF, acompanhados, quando for o caso, de suas observações, acréscimos ou supressões.

VI - Baseado nos pareceres técnicos, pontuações e critérios estabelecidos nas deliberações aprovadas pelo Plenário, proceder a escolha e priorização dos projetos encaminhados pela Secretaria e pelas CCR;

VII - Propor ao Presidente todas as iniciativas que considerar necessárias ao desempenho das competências do CBHSF;



VIII - Definir a composição das CT a partir da manifestação de interesse dos membros do Plenário do CBHSF.

IX - Instaurar procedimento complementar, no prazo máximo de sessenta dias, para o preenchimento de vagas remanescentes do processo eleitoral de membros do plenário do CBHSF, quando não preenchidas pela via ordinária. *(Incluído pela Deliberação CBHSF nº 77 de 05 de dezembro de 2013)*

**Parágrafo único.** A DIREC manifestará por meio de Resoluções, representando a decisão da maioria dos seus membros.

**Art. 29.** São condições para permanência no exercício dos cargos das Diretorias:

I - ter sido indicado como representante de um membro titular do CBHSF;

II - ter sido eleito entre seus pares na forma deste Regimento Interno;

III - manter-se vinculado à Instituição que representava no momento da eleição.

**Parágrafo único.** A perda de qualquer um dos requisitos deste artigo implicará na vacância do cargo.

**Art. 30.** Ocorrida a vacância de qualquer um dos cargos será convocada nova eleição no prazo de 60 (sessenta) dias, para preenchimento da vaga em questão, para complementar o tempo do mandato.

**§ 1º** Em caso de vacância do cargo de Presidente, o Vice-presidente ocupará interinamente até a eleição.

**§ 2º** Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-presidente, simultaneamente, a Presidência do CBHSF será exercida, interinamente, pelo Secretário, até a eleição.

**§ 3º** Em caso de vacância simultânea dos cargos de Presidente, Vice-presidente e Secretário, o membro mais antigo, dentre os Coordenadores das CCR e, em caso de empate, o mais idoso dentre eles, exercerá interinamente a Presidência e convocará eleição a ser realizada no prazo máximo de sessenta dias para completar o Tempo restante do mandato.

**Art. 31.** As despesas de deslocamento e estada dos membros da DIREC e das Câmaras Técnicas, no exercício de suas funções institucionais e/ou para atender a demanda urgente do CBHSF, poderão ser custeadas com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na forma da lei. *(Artigo incluído pela Deliberação CBHSF nº 77 de 05 de dezembro de 2013)*



## Subseção I Das Atribuições do Presidente

**Art. 32.** São atribuições do Presidente do CBHSF:

- I - exercer a representação legal do CBHSF;
- II - convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias, designar o seu substituto obedecendo a hierarquia;
- III - encaminhar a votação das matérias submetidas à apreciação do Plenário;
- IV - assinar, conjuntamente com o secretário, as atas das reuniões, as Deliberações e as Moções, após aprovadas pelo Plenário, juntamente com o Secretário;
- V - cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário;
- VI - decidir *ad referendum* os casos de urgência ou inadiáveis, submetendo sua decisão à apreciação do Plenário, na reunião seguinte;
- VII - representar, ou se fazer representar, em atos que o CBHSF deva estar presente;
- VIII - promover a articulação do CBHSF com outros Comitês ou organismos de bacias, em sua área de atuação;
- IX - solicitar aos órgãos e entidades subsídios e informações para o exercício das atribuições do CBHSF e consultar ou solicitar assessoramento a outras entidades relacionadas aos recursos hídricos e preservação do meio ambiente, sobre matérias em discussão;
- X - convidar especialistas, mediante proposta do Plenário ou das Câmaras Técnicas, para debater questões de relevância para o CBHSF;
- XI - exercer as demais competências constantes neste Regimento Interno;
- XII - zelar pelo cumprimento do Regimento Interno;
- XIII - encaminhar às Câmaras Técnicas e Consultivas Regionais assuntos de sua competência para apreciação;
- XIV - designar relatores para assuntos específicos.

## Subseção II Das Atribuições do Vice-presidente

**Art. 33.** São atribuições do Vice-presidente do CBHSF auxiliar o Presidente nas suas tarefas e substituí-lo interinamente, em caso de vacância, ausência ou impedimento.



## **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**

### **Subseção III Das Atribuições do Secretário**

**Art. 34.** São atribuições do Secretário:

- I - encaminhar às Câmaras Técnicas, para análise e parecer, assuntos de suas competências;
- II - adotar providências administrativas necessárias ao andamento dos processos;
- III - propor ao Plenário, na última reunião plenária de cada ano, o calendário anual de reuniões;
- IV - organizar a pauta das reuniões e submetê-la à aprovação da DIREX;
- V - secretariar as reuniões do Plenário lavrando as respectivas atas e prestando as informações necessárias sobre os processos ou matérias em pauta;
- VI - assessorar o Presidente e o Vice-presidente;
- VII - substituir o Presidente e o Vice-presidente, em caso de ausência ou impedimento de ambos;
- VIII - redigir, sob a forma de Deliberação ou de Moção, as decisões tomadas pelo Plenário, arquivando-as e encaminhando-as à Secretaria Executiva do CBHSF;
- IX - assinar as atas de reuniões, Deliberações e Moções aprovadas em reuniões, juntamente com o Presidente;
- X - colher as assinaturas e registrar a presença dos membros do CBHSF;
- XI - providenciar a divulgação das decisões do Plenário;
- XII - expedir as certidões requeridas ao CBHSF, após autorização da Presidência;
- XIII - elaborar o Relatório Anual das Atividades do CBHSF;
- XIV - cumprir outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Presidente ou pelo Plenário, necessários ao desenvolvimento das atividades do CBHSF.
- XV - receber as demandas das instâncias do CBHSF e encaminhá-las à Secretaria Executiva.

### **Seção III Das Câmaras Consultivas Regionais**

**Art. 35.** As CCR são instâncias colegiadas formadas com base na divisão fisiográfica da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, composta por:

- I - membros titulares do Plenário do CBHSF, representantes da área de atuação da CCR.



II - um representante de cada um dos Comitês de rios Afluentes, legalmente constituídos, na sua área de atuação.

§ 1º Cada membro titular da CCR contará com um suplente que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º O suplente descrito no parágrafo anterior será o mesmo que o titular possui no Plenário do CBHSF.

§ 3º Os Comitês de rios afluentes descritos no inciso II indicam seus representantes, titular e suplente.

§ 4º As CCR serão dirigidas por um coordenador e um secretário, eleitos internamente, dentre os representantes dos membros titulares do Plenário do CBHSF que compõe cada Câmara, aplicando-se ao mandato dos mesmos a regra do Art. 26, parágrafo 1º, deste RI.

§ 5º O coordenador da CCR terá sua indicação submetida à homologação do Plenário do CBHSF como parte da eleição da Diretoria Colegiada.

**Art. 36.** A CCR reunir-se-á, ordinariamente, três vezes por ano, e, extraordinariamente, quando convocada pelo seu Coordenador, ou por número equivalente a um terço do total dos seus membros titulares, deliberando por maioria simples de seus votos.

**Parágrafo único.** As reuniões ordinárias e extraordinárias das CCR serão públicas.

**Art. 37.** Compete às CCR:

- I - promover a articulação e a integração do CBHSF com os Comitês de rios Afluentes;
- II - encaminhar ao Presidente do CBHSF as demandas provenientes dos Comitês de rios Afluentes;
- III - apoiar o CBHSF no processo de gestão compartilhada no âmbito da bacia hidrográfica;
- IV - discutir e apresentar sugestões ao CBHSF, referentes a assuntos relacionados à sua área de atuação;
- V - proceder à divulgação das ações do CBHSF na sua área de abrangência;
- VI - apoiar, no âmbito de sua área de atuação, o processo de mobilização para a renovação dos mandatos de membros do CBHSF;
- VII - realizar as consultas e audiências públicas aprovadas pelo Plenário.
- VIII - receber e encaminhar à DIREC as propostas de projetos a serem custeados com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos.



## **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Art. 38.** A forma de funcionamento das CCR, não definida neste Regimento, será estabelecida pelos seus membros titulares e submetida à Deliberação do Plenário do CBHSF.

### **Seção IV Das Câmaras Técnicas**

**Art. 39.** As CT são instâncias colegiadas, criadas por Deliberação e composta por membros titulares do Plenário do CBHSF que indicarão seus representantes para compô-las.

**§ 1º** As Câmaras Técnicas serão constituídas de, no mínimo 7 (sete), e no máximo 13 (treze) membros, aos quais caberá indicar um representante titular e um suplente.

**§ 2º** A indicação de representantes das Câmaras Técnicas será feita, exclusivamente, por membro titular do Plenário do CBHSF, exceto na Câmara Técnica de Articulação Institucional - CTAI, que poderá também ser feita por Comitê de rio Afluente.

**§ 3º** A composição de cada Câmara Técnica será definida pela Diretoria Colegiada, a partir de manifestação de interesse dos membros do Plenário do CBHSF.

**§ 4º** O mandato dos representantes indicados para as Câmaras Técnicas será coincidente com o mandato dos membros do Plenário do CBHSF, aplicando-se aos mandatos do Coordenador e Secretário, no disposto do Artigo 26, § 1º deste RI.

**Art. 40.** Na composição das CT será considerada a natureza técnica, jurídica e institucional do assunto de sua competência e a formação técnica dos representantes a serem indicados, podendo contar com a colaboração de especialistas.

**Art. 41.** As Câmaras Técnicas têm por finalidade o exame de matérias específicas, de cunho técnico-científico e institucional, para subsidiar a tomada de decisões do Plenário, competindo-lhes:

I - analisar as propostas e estudos relativos a assuntos de sua competência;

II - manifestar-se sobre assuntos que lhe forem encaminhados pela DIREX;

III - relatar ao Plenário, conforme o caso, os assuntos por ela analisados;

IV - solicitar ao consultante, quando necessário, a presença nas reuniões das CT, para esclarecimentos.

**Parágrafo único.** A Câmara Técnica de Articulação Institucional deverá atuar em estreita articulação com os respectivos Sistemas Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas Afluentes e Câmaras Consultivas Regionais.

**Art. 42.** A forma de funcionamento das CT, não definida neste Regimento, será estabelecida pelos seus membros titulares e submetida à Deliberação do Plenário do CBHSF.



**Art. 43.** As Câmaras Técnicas serão coordenadas por um de seus integrantes, eleito na primeira reunião, por maioria simples dos votos.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DO RELACIONAMENTO COM O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**

**Art. 44.** O Presidente do CBHSF encaminhará ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH questões de competência legal deste, bem como, aquelas que não puderem ser resolvidas no âmbito do CBHSF.

**Art. 45.** Das decisões tomadas no âmbito do Plenário do CBHSF caberá recurso ao CNRH.

#### **CAPÍTULO V**

#### **DOS PROCESSOS DE DESLIGAMENTO**

**Art. 46.** O membro eleito que não comparecer a duas reuniões plenárias consecutivas do CBHSF, ou três alternadas, sem justificativa acatada, receberá comunicação do desligamento da sua representação.

**§ 1º** A cada ausência não justificada do membro do CBHSF à Reunião Plenária, a Secretaria Executiva do CBHSF comunicará por notificação escrita.

**§ 2º** Consumado o desligamento do membro titular, o Presidente convocará o membro suplente para ocupar a vaga, sendo que a vacância da suplência será preenchida por uma das entidades classificadas na ordem de eleição, do mesmo segmento, que completará o mandato em curso.

**§ 3º** No caso de desligamento dos membros, titular e suplente, as vagas serão preenchidas por entidades classificadas na ordem de eleição, do mesmo segmento, que completará o mandato em curso.

**Art. 47.** No caso de renúncia de membro, seja ele titular, suplente ou ambos, aplica-se, no que couber, o artigo anterior.

#### **CAPÍTULO VI**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 48.** Os mandatos eletivos terão a duração de três anos, permitida a recondução da entidade membro.

**Parágrafo único.** A DIREC se mantém até a posse da nova Diretoria.



## **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Art. 49.** A participação dos membros no CBHSF será considerada de relevante interesse público, não ensejando qualquer tipo de remuneração.

**Art. 50.** Os representantes dos membros do CBHSF que praticarem, em nome do mesmo, atos contrários à lei, à ética ou às disposições deste Regimento, responderão pessoalmente por esses atos e poderão ser desligados do CBHSF por meio de um processo administrativo interno.

**Art. 51.** Após a criação da Agência de Água ou Entidade Delegatária, a função de Secretaria Executiva do CBHSF será exercida por essa Agência ou Entidade, conforme art. 41 da Lei Federal nº 9.433/97.

**Parágrafo único.** As atribuições inerentes à Secretaria Executiva, e necessárias ao perfeito funcionamento do CBHSF, em especial o apoio administrativo, técnico, logístico e operacional e a elaboração de programas de trabalho, de relatórios de gestão e de propostas orçamentárias anuais, serão executadas pela Agência de Água ou por Entidade Delegatária.

**Art. 52.** A DIREX articulará com a ANA e demais órgãos e entidades que integram o SINGREH o apoio necessário ao funcionamento do CBHSF, bem como, para a implementação dos instrumentos previstos na Lei Federal nº 9.433/97.

**Art. 53.** Os casos omissos neste Regimento Interno serão decididos pelo Plenário do CBHSF, normatizando-os quando necessário.

**Art. 54.** Este Regimento Interno entrará em vigor na data da sua aprovação pelo Plenário do CBHSF.

**Brasília-DF, 05 de abril de 2013.**

***Alterações promovidas pela Deliberação CBHSF nº 86, de 09 de dezembro de 2015.***

**DELIBERAÇÃO CBHSF Nº 90, de 08 de Julho de 2016**

**Altera a Redação dos artigos 26 e 48 do Regimento Interno do CBHSF**

**O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO, no uso das atribuições; e**

**Considerando** o teor do Ofício n.º 16/2016/SAS-ANA, que recomenda a reavaliação da alteração regimental realizada, em razão do disposto na Lei nº 9.433/97 e na Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, nº 005/2000;

**Considerando** a proximidade do Processo Eleitoral para a renovação dos membros do CBHSF;

**Considerando** a necessidade de promover os ajustes necessários no Regimento Interno do CBHSF antes da conclusão do Processo Eleitoral, de forma a assegurar a isonomia de todos os segmentos e representantes,

**DELIBERA:**

**Art. 1º.** O artigo 26 do Regimento Interno do CBHSF passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;

II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.

§2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período.



## **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**

§3º Os membros das Diretorias só poderão ser destituídos por decisão de dois terços do total dos membros do CBHSF, com direito a voto, em reunião extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade.

**Art. 2º.** O artigo 48 do Regimento Interno do CBHSF passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 48.** Os mandatos eletivos terão a duração de 04 (quatro) anos, permitida a recondução dos seus membros.

**Art. 3º.** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

*Salvador, 08 de Julho de 2016.*

**Anivaldo de Miranda Pinto**  
Presidente do CBHSF

**José Maciel Nunes de Oliveira**  
Secretário do CBHSF

Ofício nº 55/2016/SAS-ANA  
Documento nº: 00000.035940/2016-95

Brasília, 24 de junho de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor  
Anivaldo de Miranda Pinto  
Presidente  
Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco  
Av. Dr. Antônio Gomes de Barros, 625 ? Jatiúca  
57 036-000 – MACEIO – AL

Assunto: **Proposta de alteração regimental do CBHSF**  
Referência: Ofício nº 16/2016/SAS-ANA

Senhor<sup>1</sup> Presidente,

1. Vimos reiterar as recomendações exaradas no Ofício nº 16/2016/SAS-ANA, de 7 de março de 2016, de que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco deve observar os dispositivos legais e respectivos regulamentos emanados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) na proposta de alteração regimental a ser analisada em Plenária Extraordinária a realizar-se no dia 8 de julho de 2016.

2. Consta da minuta de Deliberação a ser apreciada na referida Plenária o seguinte texto (grifo nosso):

*Art. 26. O CBHSF será dirigido por:*

*I – Diretoria Executiva – DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;*

*II – Diretoria Colegiada – DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.*

*§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de quatro anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.*

**§2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos integralmente cumpridos**

3. Da leitura direta da alteração proposta no parágrafo 2º, identifica-se que o comando regimental inova com relação a uma norma hierarquicamente superior, qual seja, a Resolução CNRH nº 5/2000, que apenas diz que “§1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez” (parágrafo primeiro do artigo 8º). Como a referida Resolução CNRH não cita exceções relacionadas a mandatos “integralmente cumpridos”, recomendamos a retirada do parágrafo 2º.

4. Ademais, no dia 12 de maio de 2016, a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do CBHSF, representada pelo seu Coordenador, Sr. Luiz Roberto Porto Farias, e pelo membro Luiz Alberto Rodrigues Dourado, realizou reunião com a SAS no intuito de esclarecer alguns pontos destacados no Ofício nº 16/2016/SAS-ANA. Nesta reunião a SAS reiterou a necessidade de adequação do Regimento

1 Os documentos destinados à ANA deverão, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)



Interno do CBHSF, alterado no final de dezembro de 2015, e sugeriu a articulação do CBHSF com o CNRH para esclarecimento e possível regulamentação de reeleições em casos de mandatos incompletos de cargos da Diretoria dos comitês.

5. Foi discutida, também durante esta reunião, a possibilidade de ampliação do tempo de mandato dos membros do CBHSF de três para quatro anos. Esta alteração visaria adequar o período dos mandatos dos membros do comitê aos das prefeituras, o que a SAS não encontrou nenhum impedimento legal nessa alteração. No entanto, a minuta de Deliberação propõe datas que não ficam claras e que não estão, aparentemente, em acordo com a proposta de adequação aos mandatos das prefeituras, conforme segue (grifo nosso):

*Art. 48 Os mandatos eletivos terão a duração de 04 (quatro) anos, permitida a recondução dos seus membros.*

*§1º Visando compatibilizar o período de mandato de seus membros com o mandato dos prefeitos municipais, os membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco que tomarem posse em 2016 terão a duração do seu mandato prorrogado até 31 de Julho de 2021.*

6. Dessa forma, recomenda-se a revisão dos prazos definidos na minuta de Deliberação para de fato adequá-los aos períodos dos mandatos das prefeituras.

7. Destaca-se que a intenção desta Agência não é contestar a decisão do CBHSF, mas alertar o CBHSF da incompatibilidade identificada e zelar pelo cumprimento dos normativos do CNRH. Caso a alteração regimental não seja revista, esta Agência dará conhecimento do fato ao CNRH.

8. Por fim, colocamo-nos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais e/ou para auxiliar na elaboração de minuta de ajuste regimental a ser novamente apreciada pelo Comitê.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



Ofício nº 16/2016/SAS-ANA  
Documento nº: 00000.012980/2016-69

Brasília, 7 de março de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor  
Anivaldo de Miranda Pinto  
Presidente  
Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco  
Av. Dr. Antônio Gomes de Barros, 825 - Jatiuca  
57.036-000 - Maceió - AL

Assunto: **Alteração regimental aprovada pela Deliberação CBHSF n.º 86/2015 acerca de reeleição de membros da Diretoria do CBHSF**  
Referência: Nota Informativa 1/2016/CINCS/SAS, doc. 00000.012972/2016-12

Senhor Presidente,

1. Tendo em vista as atribuições desta Agência relacionadas ao acompanhamento e apoio ao funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas, bem como em função do dever de zelar pela observância dos dispositivos legais e respectivos regulamentos emanados do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH, faz-se necessário alertar ao Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco - CBHSF a respeito da alteração regimental aprovada em Plenária de dezembro de 2015.

2. Conforme consta da Deliberação CBHSF n.º 86, de 09 de dezembro de 2015, a alteração em questão disciplina a possibilidade de haver reeleição indefinida de membros da Diretoria (Seção II, art. 26, II, §1º). Transcrevemos:

*Art. 26. O CBHSF será dirigido por:*

*I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;*

*II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.*

*§ 1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de três anos, permitida a reeleição.*

3. Da leitura direta da alteração supra referida identifica-se que o comando regimental não encontra respaldo na Resolução CNRH n.º 5/2000, artigo 8º, IV, §1º, que estabelece:

*Art. 8º Deverá constar nos regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o seguinte:*

*IV - o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição.*

*§ 1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de*

1 Os documentos eletrônicos à ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço [protocolo@ana.gov.br](mailto:protocolo@ana.gov.br)



*Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez*

4. Diante da incompatibilidade identificada entre o dispositivo do Regimento Interno do CBHSF e normativo do CNRH, recomendamos que esse Comitê reavalie a alteração regimental aprovada.
5. Destaca-se que a intenção desta Agência não é contestar a decisão do CBHSF, mas alertar o CBHSF da incompatibilidade identificada e zelar pelo cumprimento dos normativos do CNRH.
6. Destaca-se ainda que, em cumprimento ao estabelecido na resolução CNRH nº 109/2010, o CBHSF deverá encaminhar relatório anual de atividades ao CNRH, até 30 de junho, contendo, dentre outras informações, as relativas às alterações regimentais.
7. Por fim, colocamo-nos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais e/ou para auxiliar na elaboração de minuta de ajuste regimental a ser novamente apreciada pelo Comitê.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



Aos oito dias do mês de julho de 2016, às 9h30, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF reuniram-se no auditório do Portobello Ondina Hotel, situado na Av. Oceânica, nº 2.275, em Salvador, Bahia para participarem das XVII e XVIII Plenárias Extraordinárias do CBHSF. **Participaram os seguintes membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães, COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Ana Paula Leal Meira, EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento; Valeska Cavalcante da Costa, CASAL – Companhia de Saneamento de Alagoas; João Carlos de Melo, IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração; Wagner Soares Costa, FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Jadir Silva de Oliveira, SIAMIG – Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais; Sérgio Bastos, FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia; Rafael Araújo de Souza Coelho, FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco; Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro; José Cisino Menezes Lopes, AIBA - Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia; Ednaldo de Castro Campos, AFAF - Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte; Heron Ouriques Gomes, UNIVALE - Associação dos Produtores Rurais Irrigantes do Vale do Moxotó; José Bonifácio Valgueiro de Carvalho, DICOP - Distrito de Irrigação do Projeto Cotiguiaba/Pindoba; Israel Barreto Cardoso, Associação dos Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro; Domingos Márcio Matos, Colônia de Pescadores Z-60 de Juazeiro; José Maciel Nunes de Oliveira, FEPEAL - Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas; Lessandro Gabriel da Costa, ASF - Associação Ambientalista do Alto São Francisco; Silvia Freedman Ruas Durães, Instituto Opará; José Valtter Alves, Associação Comunitária Sobradinho II; Ronald de Carvalho Guerra, Instituto Guaicuy; Elias da Silva, ADESSUS – Associação de Desenvolvimento Sustentável; Anivaldo de Miranda Pinto, FDA - Fórum de Defesa Ambiental; Rosa Cecília Lima Santos, OSCATMA - Organização Sociocultural Amigos do Turismo e Meio Ambiente; Almacks Luiz da Silva - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina; Yvoniide Dantas Pinto Medeiros, UFBA – Universidade Federal da Bahia; Aluísio Ferreira Gomes, Autarquia Educacional do Vale do São Francisco; Honey Game Oliveira, OAB/SE - Ordem dos Advogados do Brasil; Cláudio Pereira da Silva, Associação dos Quilombolas da Lagoa das Piranhas; Manoel Uilton dos Santos, Tuxá Rodelas; Astácio Correia Neto, Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata; Edison Ribeiro dos Santos, SEMA - Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; José Luiz de Souza, MI - Ministério da Integração Nacional; Renato Dalla Lana, MME – Ministério de Minas e Energia. **Participaram os seguintes membros suplentes:** José Roberto Valois Lobo, CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas; Antônio José Machado Rocha, Condomínio de Irrigação Paracatu Entre Ribeiros (no exercício da titularidade); Luiz Roberto Rodrigues Dourado, Associação dos Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu; Antônio Eustáquio Vieira, MOVER – Movimento Verde Paracatu; Regina Célia Greco Santos, Associação de Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará; Jorge Izidro dos Santos, Instituto Ecoengenharia; Wilson José da Silva, AMAPAR – Associação dos municípios da Microrregião do Alto Paranaíba (no exercício da titularidade); Josias Gomes Ribeiro Filho, CREA/MG – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (no exercício da titularidade); Antônio Jackson Borges Lima, Prefeitura Municipal de Penedo/AL (no exercício da titularidade); Geraldo Vitor de Abreu - por Maria de Fátima Dias Coelho, SEMAD/MG – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (no exercício da titularidade); Bruno Jardim da Silva, SEMA/BA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; Marcelo Cauás Asfóra, SRHE - Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco (no exercício da titularidade); Gustavo Silva Carvalho, SEMARH/AL – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas (no exercício da titularidade); Pedro de Araújo Lessa, SEMARH/SE – Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (no exercício da titularidade); Athadeu Ferreira da Silva, CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba; Larissa Alves da Silva Rosa, MMA - Ministério do Meio Ambiente (no exercício da titularidade). **Participaram também:** Ana Cristina da Silveira, Rúbia Santos Barbosa Mansur, Célia Maria Brandão Froes, Thiago Batista Campos, Maria Zuleide Monteiro e Juliana Araújo, AGB Peixe Vivo; Humberto Gonçalves, Agência Nacional de Águas; Marisa Beltrão Malta, FASVIPA, Nayara Tayana Beltrão Malta, UNIT/AL; Maria de Fátima de Sá, SEMARH/SE; Jorge Luiz Sotera de Santana, IFS; Marcílio José Rosa e Silva, MESFA; Antônio de Freitas Coelho, EMBASA; Agenor do Amaral Souza Filho, Prefeitura de Juazeiro/BA; Ricardo Follador Coelho, Yaya Comunicação Integrada; Anselmo Caires, CBH Paso; Manoel Ailton R. de Carvalho, CBH Salitre; Roberto Farias, CTIL/CBHSF; Ana Emília Ataíde, UFBA; Ângela Damasceno, Luciana Khoury, MP-BA. A reunião Plenária iniciou, após atingir o quórum qualificado, com a cerimônia de abertura e composição da mesa com o Sr. Anivaldo Miranda, presidente do CBHSF, o Sr. Edison Ribeiro dos Santos, representante da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, o Sr. Humberto Gonçalves, Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS da Agência Nacional de Águas - ANA, o Sr. Wagner Soares



## MINUTA DA ATA DAS XVII E XVIII PLENÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS NO DIA 08 DE JULHO DE 2016 – SALVADOR/BA

55 Costa, vice-presidente do CBHSF, o Sr. José Maciel Oliveira Nunes, secretário do CBHSF, a Sra. Sílvia  
56 Freedman, secretária da CCR Alto SF, o Sr. Cláudio Pereira, coordenador da CCR Médio SF, o Sr. Manoel  
57 Uilton, coordenador da CCR Submédio SF e a Sra. Valeska Cavalcante, secretária da CCR Baixo SF. Com a  
58 palavra, o presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda, declara aberta a XVII reunião plenária extraordinária do  
59 CBHSF e convida a todos a ouvir o Hino Nacional. Após a execução do Hino, o presidente do CBHSF fala que  
60 as plenárias irão se concentrar basicamente na alteração do Regimento Interno e no Procedimento de Conflito  
61 pelo Uso da Água do Açude do Zabumbão. Faz a contextualização sobre a necessidade de alteração no  
62 Regimento Interno do comitê. Diz que a ANA encaminhou correspondência informando das desconformidades  
63 entre o que foi aprovado pelo comitê em sua XVI Plenária Extraordinária, realizada em dezembro de 2015 e a  
64 Resolução CNRH nº 05/2000. Neste sentido, a Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL do CBHSF ficou  
65 encarregada de se debruçar sobre o tema. Representantes da CTIL reuniram-se na ANA para debater o  
66 assunto, que ao final restou esclarecido. Finaliza informando que cerca de três dias antes desta plenária, o  
67 CBHSF recebeu correspondência da ANA que alterou todo o pensamento de condução que a CTIL imaginava  
68 que tivesse concluído. Ato contínuo passa a palavra para o Sr. Humberto Gonçalves, Superintendente da ANA.  
69 Este registra a honra de participar pela primeira vez de uma reunião do CBHSF. Explica que há uma  
70 incompatibilidade na proposta de alteração do Regimento Interno do CBHSF, quando se trata da questão do  
71 mandato da diretoria, em relação à Resolução CNRH nº 05/2000, que é clara permitindo apenas uma reeleição.  
72 A CTIL colocou que a questão da reeleição foi ajustada, o que realmente existe é uma lacuna em relação aos  
73 mandatos incompletos, não foram regulamentados, que é necessário reformar essa Resolução junto ao CNRH.  
74 No ponto de vista da ANA a minuta de Deliberação a ser analisada nesta reunião ainda está em desacordo com  
75 a Resolução CNRH nº 05/2000. Sugeriu que houvesse uma articulação junto ao CNRH para agilizar o processo  
76 de revisão da Resolução. Diz que não quer intervir no processo legítimo do CBHSF, quer apenas evitar  
77 problemas futuros. Para finalizar, propõe auxiliar na articulação junto ao CNRH para atualização desta  
78 Resolução, mas antes que isso ocorra, sugere que o CBHSF atente à Resolução vigente. O Sr. Edison Ribeiro  
79 cumprimenta a todos e se diz honrado em acolher a Plenária do CBHSF e o Encontro Nacional de Comitês de  
80 Bacias Hidrográficas - ENCOB, em Salvador/BA. Na sequência, os demais membros da mesa realizaram seus  
81 pronunciamentos de boas vindas. Na oportunidade, o Sr. Manoel Uilton, pergunta ao Superintendente da ANA  
82 se a Agência tem alguma ouvidoria, pois gostaria de fazer reclamações em relação à aplicação do recurso da  
83 cobrança. Fala que irá apresentar essa denúncia para ANA e para Plenária. Com a palavra, o Sr. Humberto  
84 Gonçalves diz que todos os Contratos de Gestão são fiscalizados pela Procuradoria Geral da ANA, Auditoria da  
85 ANA, Corregedoria da ANA, CGU e TCU. Informa que recentemente o TCU emitiu relatório sobre a auditoria de  
86 conformidade feita em todas as entidades delegatárias e o resultado apresentado foi positivo. Se coloca à  
87 disposição para receber o Sr. Manoel Uilton na ANA e encaminhá-lo ao corregedor, auditores e procuradores  
88 federais para tirar todas as suas dúvidas. Pede que os questionamentos/denúncias sejam encaminhados ao  
89 Diretor Presidente da ANA, Sr. Vicente Andreu. Ato contínuo, o Sr. Anivaldo Miranda fala que o que foi posto  
90 por um membro da Diretoria Colegiada poderia ter sido encaminhado primeiramente à própria Diretoria  
91 Colegiada do CBHSF. Fala que diante dos fatos apresentados, a DIREC se sente na obrigação de exigir do  
92 denunciante que apresente os fatos e as provas ao Plenário para que a questão seja discutida com  
93 transparência, e que a entidade delegatária também poderá apresentar sua versão dos fatos. Reitera que nos  
94 portais do CBHSF e da AGB Peixe Vivo ficam disponíveis todas as prestações de contas do Contrato de  
95 Gestão. Após a mesa ser desfeita, o secretário do CBHSF, Sr. Maciel Oliveira, assume a condução dos  
96 trabalhos. Este dá boas vindas a todos e passa para o ponto de pauta da Deliberação sobre a alteração da  
97 redação dos artigos 26 e 48 do Regimento Interno do CBHSF. Faz a leitura do Ofício ANA nº 55/2016  
98 encaminhado ao CBHSF com o posicionamento da ANA sobre a proposta de alteração do Regimento Interno  
99 do CBHSF. Após a leitura, passa a palavra para o coordenador da CTIL, Sr. Roberto Farias, que faz uma  
100 contextualização do processo. Diz que a Resolução CNRH nº 05/2000 está defasada. Explica que a legislação  
101 superior é omissa neste sentido e cabe ao CBHSF regulamentar o tema. Faz a apresentação sobre a alteração  
102 do Regimento Interno. O Artigo 26 é relativo ao período do mandato da diretoria, a proposta é de quatro anos e  
103 permitindo a reeleição uma única vez para a mesma função, considerando apenas os mandatos integralmente  
104 cumpridos. O Artigo 48 é relativo ao mandato dos membros do CBHSF, a proposta de quatro anos é  
105 compatibilização com o mandato dos prefeitos municipais. Após discussões o secretário do CBHSF coloca em  
106 votação a proposta do artigo 26, considerando os mandatos cumpridos acima de dois terços do período. A  
107 proposta foi aprovada por 31 votos a favor e 8 abstenções. Na sequência, coloca-se a proposta de alteração do  
108 tempo do mandato dos membros do CBHSF de três para quatro anos. A alteração foi aprovada por



109 unanimidade. Em seguida, foi colocada em votação a manutenção da redação proposta pela CTIL para o artigo  
110 48 e a retirada da questão da compatibilidade com os mandatos dos prefeitos municipais, no mesmo artigo. Por  
111 maioria dos votos, com duas abstenções, a redação do artigo 48 foi aprovada, com a supressão da  
112 compatibilidade com os mandatos dos prefeitos municipais. Os artigos 26 e 48 do Regimento Interno ficaram  
113 com a seguinte redação **Art. 26.** O CBHSF será dirigido por: I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo  
114 Presidente, Vice-presidente e Secretário; II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos  
115 Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco. §1º Os  
116 mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única  
117 vez para a mesma função. §2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos  
118 cumpridos acima de dois terços do período. §3º Os membros das Diretorias só poderão ser destituídos por  
119 decisão de dois terços do total dos membros do CBHSF, com direito a voto, em reunião extraordinária,  
120 especialmente convocada para essa finalidade. **Art. 48.** Os mandatos eletivos terão a duração de 04 (quatro)  
121 anos, permitida a recondução dos seus membros. Em seguida, o Sr. Wagner Soares solicita que seja registrada  
122 em ata sua justificativa de abstenção do voto. Diz que não tem objeção sobre o período do mandato, porém  
123 ainda restou a dúvida legal, restando essa dúvida legal, preferiu se abster na votação. Na sequência, o Sr. José  
124 Cisino também justifica sua abstenção, na mesma linha da justificativa anterior. Na oportunidade, o Sr. Marcelo  
125 Asfóra solicita ao CBHSF que avalie um pleito do Estado de Pernambuco para incluir os Conselhos de  
126 Reservatórios como parte das Câmaras Consultivas Regionais, da mesma forma que o previsto para os comitês  
127 afluentes. O secretário do CBHSF informa que a questão será encaminhada à CTIL do CBHSF. O vice-  
128 presidente do CBHSF, Sr. Wagner Soares declara encerrada a XVII Plenária Extraordinária do CBHSF. Após o  
129 intervalo do almoço, o vice-presidente do CBHSF declara aberta a XVIII Plenária Extraordinária do CBHSF.  
130 Com a palavra o secretário, Sr. Maciel Oliveira, informa sobre a inversão da pauta, e que primeiro serão dados  
131 os informes. A palavra é franqueada a Sra. Regina Greco, coordenadora do Grupo de Acompanhamento  
132 Técnico - GAT do CBHSF para falar sobre a atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica  
133 do Rio São Francisco. Esta explana sobre a construção da atualização do Plano, presta esclarecimentos sobre  
134 as metas e investimentos previstos e a metodologia adotada, além de falar sobre os próximos produtos a serem  
135 encaminhados pela empresa NEMUS. Finaliza ao informar que em cada região fisiográfica haverá uma consulta  
136 pública, conjunta com a reunião das Câmaras Consultivas Regionais para divulgação do Plano: Submédio SF,  
137 no dia 22 de julho em Petrolina/PE; Baixo SF, no dia 25 de julho em Penedo/AL; Médio SF, no dia 27 de julho,  
138 em Santa Maria da Vitória/BA e Alto SF, no dia 29 de julho, em Belo Horizonte/MG. Na sequência, o assessor  
139 da diretoria técnica da AGB Peixe Vivo, Thiago Campos, fala sobre a situação dos projetos executados com  
140 recursos da cobrança e o resultado do chamamento público para elaboração de Planos Municipais de  
141 Saneamento Básico. Fala sobre os projetos executados: 1º fase de projetos: 22 obras finalizadas; 2º fase de  
142 projetos: 14 obras finalizadas e 6 obras em andamento; 3º fase de projetos: 8 projetos elaborados e aprovados,  
143 4 projetos contratados e 8 projetos em fase de elaboração. Na sequência, faz uma contextualização do  
144 chamamento direcionado às prefeituras para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, cujo prazo  
145 de apresentação venceu no dia 31 de maio de 2016. Explica os requisitos para manifestação de interesse e os  
146 critérios de seleção dos municípios (Ofício Circular CBHSF nº 01/2016). Demonstra os resultados: total de  
147 municípios inscritos 85, total de inscrições válidas 81. Por Estados: Minas Gerais: 12; Bahia: 39; Pernambuco:  
148 11; Sergipe: 8; Alagoas: 11. Em seguida, o Sr. Almacks Silva ressalta que os municípios que já recebem  
149 recurso da Compensação Financeira pelo uso de Recursos Hídricos - CFURH, não deverão ser contemplados.  
150 Na oportunidade, a Sra. Ana Catarina fala que o CBHSF deve acompanhar junto às prefeituras a aprovação  
151 desse Plano, auxiliar as prefeituras com um "kit de implantação do Plano" com estudo de formatação legal,  
152 forma de aprovação do Plano, dentre outras questões necessárias. Na sequência, o secretário do CBHSF  
153 informa que quando há a formalização do contrato com a prefeitura, a mesma assina um termo de  
154 responsabilidade e de compromisso, tanto para receber e implementar quanto para transformar o PMSB em Lei  
155 Municipal. Informa que um dos anexos do Plano é a minuta de Projeto de Lei para que a prefeitura possa  
156 discutir na sua procuradoria. Reitera que é importante que as Câmaras Consultivas Regionais acompanhem o  
157 processo de implementação do Plano. Thiago Campos complementa ao dizer que é exigido na equipe da  
158 empresa contratada um advogado especialista em planos diretores. Com a palavra, o Sr. Antônio Eustáquio  
159 reitera que o CBHSF não deve financiar pequenos projetos, e sim grandes projetos para otimizar os recursos.  
160 Na sequência, o Sr. Ronald Guerra propõe que em cada CCR seja realizada uma oficina para discutir a forma  
161 de implementação dos Planos, convidando a FUNASA, Ministério da Integração, Ministério do Meio Ambiente,  
162 Ministério Público, Prefeituras, dentre outros. Em seguida, o secretário do comitê fala sobre as Caravanas de



MINUTA DA ATA DAS XVII E XVIII PLENÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS NO  
DIA 08 DE JULHO DE 2016 – SALVADOR/BA

163 Saneamento promovidas pelo Ministério Público da Bahia, com apoio do CBHSF. O Sr. Antônio Jackson fala da  
164 experiência da CCR Baixo de criar uma comissão de acompanhamento dos projetos e dos planos municipais de  
165 saneamento básico. Na sequência, após debates e esclarecimentos, o Sr. Athadeu Ferreira expõe alguns  
166 dados relativos às obras de saneamento concluídas pela CODEVASF. Fala de algumas ações da CODEVASF,  
167 especialmente, sua atuação em onze bacias hidrográficas produtoras de água, em Minas Gerais e na Bahia.  
168 Em seguida, a Dra. Luciana Khoury fala que algumas obras da CODEVASF estão paralisadas. Informa que o  
169 Ministério Público fez o levantamento destas obras inacabadas e que enviará os dados para o Sr. Athadeu  
170 Ferreira. Fala da conquista e dos resultados das Caravanas de Saneamento, um trabalho realizado junto às  
171 prefeituras. Diz que foi identificado que os Planos de Saneamento elaborados pelas empresas contratadas  
172 pelas prefeituras não atendem a Legislação pertinente. Agradece o apoio do CBHSF e da AGB Peixe Vivo na  
173 execução das Caravanas. Com a palavra, o secretário do CBHSF passa para o último ponto de pauta, a  
174 Deliberação sobre o Relatório Final do Procedimento de Conflito de Uso nº 02/2015 - Adutora Zabumbão.  
175 Convida para compor a mesa o relator do processo, Sr. Luiz Dourado, o Sr. Anselmo Caires, presidente do CBH  
176 PASO e a Dra. Luciana Khoury, promotora do Estado da Bahia. Na sequência, o relator do processo fala que o  
177 procedimento teve como aderentes o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim, o Sindicato dos  
178 Trabalhadores Rurais de Érico Cardoso e a Associação de Irrigantes do Vale do Paramirim. Trata-se de um  
179 conflito de uso em face de um projeto de construção, pelo governo do Estado da Bahia, de uma adutora a partir  
180 do reservatório público federal do Zabumbão, um sistema integrado de abastecimento de água. Explica sobre  
181 os trabalhos desenvolvidos pela CTIL do CBHSF em relação ao procedimento. Explica que não houve  
182 conciliação entre o governo do Estado da Bahia e o CBH PASO. Faz a leitura da conclusão e dos  
183 encaminhamentos para ANA, CODEVASF, CBHSF, Governo do Estado da Bahia e CBH PASO, descritos no  
184 Relatório da Comissão. Na oportunidade passa a palavra para o Sr. Anselmo Caires e para a Dra. Luciana  
185 Khoury que expuseram suas considerações, assim como o Sr. Edison Ribeiro, representante do Estado da  
186 Bahia. Após discussões e esclarecimentos, o secretário do CBHSF coloca o Relatório da Comissão  
187 processante em votação, que foi aprovado. Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Maciel Oliveira,  
188 secretário do CBHSF agradece a presença de todos e declara encerrada a XVIII Plenária Extraordinária do  
189 Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Ata da XXIX Plenária Ordinária do CBHSF aprovada em  
190 .....

**Relatório de Operações do SAPIENS:****As seguintes operações foram realizadas com sucesso:**

Tarefa criada com sucesso no NUP 02000.001255/2016-91 para RAFAEL GOMES DE SANTANA





**TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO**

Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente

Neste data faço a juntada dos presentes autos da seguinte manifestação:

☒ Petição ☐ Nota ☐ Cole ☐ Informação ☐ Despacho ☐ Outros

de Paulo Roberto de F. N. Silva sendo como signatário(a) o(a) Dr(a)

Paulo Roberto de F. N. Silva

Brasília, 21 de Out de 2008 às 10.58.

Paulo Roberto de F. N. Silva

Assinatura e Carimbo



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - CONJUR

**PARECER n. 00245/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

NUP: 02000.001255/2016-91

INTERESSADOS: SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ASSUNTOS: ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DA BACIA  
HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CBHSF

REF: NOTA TÉCNICA N° 32/2016/DRH/SRHU/MMA

**EMENTA: CGAJ. CONSULTA. ALTERAÇÃO.  
REGIMENTO INTERNO. CBHSF. VIOLAÇÃO.  
RESOLUÇÃO CNRH N° 5/2000**

I - Consulta formulada pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano acerca de suposta violação da Resolução CNRH n° 5, de 10 de abril de 2000, pelas alterações do novo Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF.

II - Manifestação jurídica pela violação da Resolução CNRH n° 5, de 10 de abril de 2000.

**1. SÚMULA FÁTICA**

1. Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano acerca de suposta violação da Resolução CNRH n° 5, de 10 de abril de 2000, pelas alterações do novo Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF.

2. Na Nota Técnica n° 32/2016/DRH/SRHU/MMA (fls. 07/09) a SRHU informa que foi provocada pelo Ofício n° 215/2016/AA-ANA (fls. 03), de 4 de agosto de 2016, que informa sobre as alterações ocorridas no RI do CBHSF e que poderia ir de encontro à referida resolução do CNRH. Após análise preliminar, a SRHU conclui que o §2º do art. 26 da Deliberação CBHSF n° 90/2016 está em desconformidade com a Resolução CNRH n° 5/2000.

3. Por meio do Ofício CBHSF n° 033/2016/P (fls. 12/15), o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco sustenta que as alterações no seu Regimento Interno estão de acordo com a Lei n° 9.433/97 e com a Resolução n° 05/2000 do CNRH, tendo o Comitê normatizado a questão de forma supletiva, diante de omissão de atos normativos superiores, e dentro dos limites de seu poder regulamentar, respeitando as normas legais superiores do CNRH e da ANA.

4. É o que importa relatar. Passo a fundamentar.

**2. APRECIÇÃO JURÍDICA**

5. O objeto da consulta refere-se à redação do art. 26, §2º do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com o seguinte teor:

Art. 26. O CBHSF será dirigido por:

1 - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;



II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.

§2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período.

§3º Os membros das Diretorias só poderão ser destituídos por decisão de dois terços do total dos membros do CBHSF, com direito a voto, em reunião extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade.

6. A questão gira em torno de ter havido ou não excesso por parte do CBHSF ao aprovar a referida alteração no seu Regimento Interno, em face do disposto na Lei nº 9.433/97 e na Resolução nº 05, de 10 de abril de 200, do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos.

7. A Lei nº 9.433/97 estabelece as competências do CNRH em seu art. 35, com destaque para os seguintes incisos:

Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

[...]

V - analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos;

VI - estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VII - aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;

[...]

8. No exercício das competências que lhe foram outorgadas pela legislação federal, o CNRH editou a Resolução nº 05/2000, estabelecendo diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, especialmente o seguinte quanto às eleições:

Art. 8º Deverá constar nos regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o seguinte:

§ 1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez;

9. Já quanto às atribuições dos Comitês de Bacia Hidrográfica, a PNRH dispõe que:

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

VII - (VETADO)

VIII - (VETADO)

IX - estabelecer critérios e promover o racionamento de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.



10. O Decreto SN de 05 de Junho de 2001 instituiu o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e dispôs sobre a sua composição e funcionamento da seguinte forma:



- Art. 2º O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco será composto por representantes:
- I - da União;
  - II - dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe;
  - III - do Distrito Federal;
  - IV - dos Municípios situados, no todo ou em parte, nessa bacia;
  - V - dos usuários das águas de sua área de atuação; e VI - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada nessa bacia.
- § 1º O número de representantes, titulares e suplentes, de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua escolha e indicação, serão estabelecidos no Regimento Interno do Comitê.
- § 2º O processo de escolha dos integrantes do Comitê será público, com ampla e prévia divulgação.
- Art. 3º O funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco será regido por seu Regimento Interno, em conformidade com os preceitos da Lei nº 9.433, de 1997, e da Resolução do CNRH nº 5, de 2000. (grifo acrescido)

11. Os dispositivos acima transcritos são suficientes para elucidar a questão. Além de não atribuir qualquer competência regulamentar aos Comitês de Bacias Hidrográficas, a lei nº 9.433/97 prevê a competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para estabelecer critérios gerais para a elaboração dos Regimentos daqueles Comitês. Não bastasse isso, como não poderia ser diferente, o Decreto que criou o CBHSF dispôs expressamente que o Regimento Interno que regulamentar o funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco deve estar em conformidade com a Lei nº 9.433/97 e com a Resolução CNRH nº 5/2000.

12. Assim, não prosperam as alegações do Comitê sobre o exercício de poder regulamentar supletivo em casos de omissão do CNRH, pois esta competência não encontra respaldo em qualquer diploma normativo, seja na Lei nº 9.433/97, seja na Resolução CNRH nº 5/2000, ou no Decreto SN de 05 de Junho de 2001.

13. Sobre os limites do poder regulamentar, indiscutivelmente aplicáveis às Deliberações e ao Regimento Interno de qualquer órgão, são elucidativas as palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>[1]</sup>:

Tudo quanto se disse a respeito do regulamento e de seus limites aplica-se, ainda com maior razão, a instruções, portarias, resoluções, regimentos ou quaisquer outros atos gerais do Executivo. É que, na pirâmide jurídica, alojam-se em nível inferior ao próprio regulamento. Enquanto este é ato do Chefe do Poder Executivo, os demais assistem a autoridades de escalão mais baixo e, de conseguinte, investidas de poderes menores.

Tratado-se de atos subalternos e expedidos, portanto, por autoridades subalternas, por via deles o Executivo não poder exprimir poderes mais dilatados que os suscetíveis de expedição mediante regulamento.

Assim, toda a dependência e subordinação do regulamento à lei, bem como os limites em que se há de conter, manifestam-se revigoradamente no caso de instruções, portarias, resoluções, regimentos ou normas quejandas. Desatendê-los implica inconstitucionalidade. A regra geral contida no art. 68 da Carta Magna, da qual é procedente inferir vedação a delegação ostensiva ou disfarçada de poderes legislativos ao Executivo, incide e com maior evidência quando a delegação se faz em prol de entidades ou órgãos administrativos sediados em posição jurídica inferior à do Presidente e que se vão manifestar, portanto, mediante atos de qualificação menor.

14. Ademais, conforme ressalta o Decreto Presidencial, o Regimento Interno do referido Comitê deve dispor sobre o seu funcionamento, não restando dúvidas de que o dispositivo questionado não se limita a essa matéria, dispondo, ainda que a título de suposta suplementação, de forma diversa da norma correspondente na Resolução CNRH nº 5/2000.

15. A ausência de regulamentação mais detalhada pelo CNRH não autoriza os Comitês de Bacia Hidrográfica exercerem competências atribuídas pela legislação àquele Conselho, sendo irrelevante que outros Comitês possuam normas com idêntico teor em seus Regimentos, na medida em que essa situação apenas demonstra a necessidade de adoção de medidas uniformes relativas a todos os Regimentos Internos dos Comitês de Bacia Hidrográfica que possuam normas semelhantes.



### 3. CONCLUSÃO

16. À luz do exposto, no exercício das atribuições previstas na Lei Complementar nº 73/93, opino pela desconformidade do §2º do art. 26 da Deliberação CBHSF nº 90/2016 com o disposto na Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000.

17. Retornem-se os autos à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU para que adote as demais providências necessárias ao andamento do processo, inclusive com comunicação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

É o Parecer.

Brasília, 12 de setembro de 2016.

GUSTAVO FIGUEIREDO MELILO CAROLINO  
ADVOGADO DA UNIÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 020000001255201691 e da chave de acesso 4c6ca3d0

#### Notas

1. - *Bandeira de Mello, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 29ª Ed. p. 373/374.*





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - CONJUR

**DESPACHO n. 00814/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

NUP: 02000.001255/2016-91

**INTERESSADOS:** SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.

**ASSUNTOS:** ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CBHSF. Suposta violação da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, pelas alterações do novo Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF. Manifestação jurídica pela violação da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000.

Ciente.

2. Aprovo, o PARECER n. 00245/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU por seus fundamentos, considerando ainda o que segue.

3. Pontua-se que, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 05/2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, uma das matérias a ser tratada nos regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas será o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição:

**Resolução CNRH nº 05/2000, de 10/04/2000**

Art. 8º Deverá constar nos regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o seguinte:

I - número de votos dos representantes dos poderes executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecido o limite de quarenta por cento do total de votos;

II - número de representantes de entidades civis, proporcional à população residente no território de cada Estado e do Distrito Federal, cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação, com pelo menos, vinte por cento do total de votos, garantida a participação de pelo menos um representante por Estado e do Distrito Federal; (NR) Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º

III - número de representantes dos usuários dos recursos hídricos, obedecido quarenta por cento do total de votos; e (NR) Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º

IV - o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição. (NR) Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º.

§ 1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez.

§ 2º As reuniões e votações dos Comitês serão públicas, dando-se à sua convocação ampla divulgação, com encaminhamento simultâneo, aos representantes, da documentação completa sobre os assuntos a serem objeto de deliberação. (NR) Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º

§ 3º As alterações dos regimentos dos Comitês somente poderão ser votadas em reunião extraordinária, convocada especialmente para esse fim, com antecedência mínima de trinta dias, e deverão ser aprovadas pelo voto de dois terços dos membros dos respectivos Comitês. (NR) Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º (grifos nossos).

4. Desta feita, o regimento pode tratar, no exercício do poder regulamentar, sobre temas relacionados ao mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição.



5. Ocorre que, no caso concreto, ao dispor sobre o tema, o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco se mostra em excesso de poder regulamentar, uma vez que o dispositivo criado acaba por gerar artifício de violação ao §1º do Art. 8º da Resolução acima citada, descumprindo, por consequência, o Art. 3º do Decreto SN de 05 de Junho de 2001, que instituiu o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

6. Entendo, assim, que o mecanismo trazido pelo §2º do Art. 26 do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco acabaria por servir de fundamento a reeleições sucessivas sem limitação temporal, uma vez que o mandato não seria considerado "cumprido" para os fins da vedação do §1º do Art. 8º da Resolução CNRH nº 05/2000.

7. É o breve despacho que submeto à consideração superior, com sugestão de encaminhamento dos autos na forma do item 17 do Parecer sob exame, ou seja, envio dos autos à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU para que adote as demais providências necessárias ao andamento do processo, inclusive com comunicação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Brasília, 14 de setembro de 2016.

**RAFAEL GOMES DE SANTANA**  
**PROCURADOR FEDERAL**

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000001255201691 e da chave de acesso 4c6ca3d0

---

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL GOMES DE SANTANA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11020184 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RAFAEL GOMES DE SANTANA. Data e Hora: 14-09-2016 19:29. Número de Série: 1264397. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final v4.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

**DESPACHO n. 00872/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

NUP: 02000.001255/2016-91

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

ASSUNTOS: ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DA BACIA  
HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CBHSE.

1. Aprovo o **PARECER n. 00245/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU**, nos termos do **DESPACHO n. 00814/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU**, por seus próprios fundamentos.

2. Encaminhe-se na forma sugerida nessa manifestação jurídica.  
Brasília, 21 de setembro de 2016.

GERLENA MARIA SANTANA DE SIQUEIRA  
PROCURADORA FEDERAL  
CONSULTORA JURÍDICA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000001255201691 e da chave de acesso 4c6ca3d0

Documento assinado eletronicamente por GERLENA MARIA SANTANA DE SIQUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11245164 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GERLENA MARIA SANTANA DE SIQUEIRA. Data e Hora: 21-09-2016 00:03. Número de Série: 9165795704952456690. Emissor: AC CAIXA PF v2.



TERMO DE ACORDO  
Consultoria Jurídica - go. do Meio-Ambiente do Meio Ambiente  
Nesta data faço a concessão dos presentes A(s)

SRAD

Brasília, 21/05/16 às 10:58

Colo [assinatura]

Assinatura e Carimbo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO  
Chefia de Gabinete



DESPACHO

Processo nº 02000.001255/2016-91

Brasília/DF, 23 de Setembro de 2016.

Às DRH e DRB  
P/ciência e devidas providências

C/ M F de Albuquerque

CLAUDIA M. F. DE ALBUQUERQUE  
Chefe de Gabinete SRHU/MMA



EM FRANCO



# Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.021405/2016-00

Data do Protocolo: 14/09/2016

Hora do Protocolo: 12:13:31

Nº do Documento: 33

Data do Documento: 05/09/2016

Tipo do Documento: OFÍCIO

Procedência: [COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO SAO FRANCISCO - CBHSF]

Signatário/Cargo: Anivaldo de Miranda Pinto- Presidente do CBHSF

Resumo: Esclarecimentos sobre Alterações no Regimento Interno do CBHSF.

Assinatura: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Apoio Administrativo] [Módulo dos Recursos Hídricos] [1145]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

<p>to DRB para ciência e acompanhamento 15/09/2016 Claudia Albuquerque Chefe Gabinete / SRHU</p>	<p>2º Recebido 15/09/16 15:54 pagma.</p>
<p>AO DRH por pertinência. 22/09/2016 DENATO SARAIYA FERREIRA Diretor do Departamento de Reestruturação de Bacias Hidrográficas DRB/SRHU/MMA</p>	<p>4º A SAC / DRH O encaminhamento ao processo existente que se encontra em análise na Conjur / MMA 21/09/16 Sérgio Antonio Gonçalves Diretor de Recursos Hídricos DRH/SRHU/MMA</p>
<p>6º</p>	<p>6º</p>
<p>8º</p>	<p>8º</p>



EM BRANCO

prot: 021405/2016



Ofício CBHSF nº 033/2016/P

Maceió-AL, 05 de Setembro de 2016.

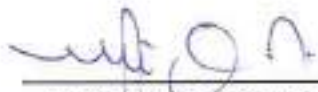
Ao Senhor  
Ricardo Soavinski  
Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano  
Secretário Executivo do CNRH  
Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios – 505 Norte - Bloco "B"  
CEP: 70.068-900 – Brasília/DF.

**Assunto: Esclarecimentos sobre Alterações no Regimento Interno do CBHSF.**

Senhor Secretário:

Tendo tomado conhecimento de que a Agência Nacional de Águas (ANA) encaminhou a Vossa Senhoria o Ofício nº 215/2016, de 04/08/2016, questionando as alterações promovidas no Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, aprovadas pela DELIBERAÇÃO CBHSF nº 90, de 08 de Julho de 2016, venho, pelo presente, prestar os devidos esclarecimentos sobre o assunto, para demonstrar a correção e a legalidade da ação praticada pelo CBHSF.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Anivaldo de Miranda Pinto  
Presidente do CBHSF

Secretaria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco  
Av. Dr. Antônio Gomes de Barros 625, sala 211,  
Jatiúca, Maceió-AL .CEP: 57.036-000  
Telefones: (82)3325-2244  
[www.cbhsaofrancisco.org.br](http://www.cbhsaofrancisco.org.br)



EM BRANCO



Anexo ao Ofício CBHSF nº 033/2016-P

I – Resumo dos Fatos

Atendendo a demanda de vários de seus membros, o CBHSF aprovou por meio da DELIBERAÇÃO CBHSF nº 86, de 09 de dezembro 2015 (em anexo), a alteração do artigo 26, § 1º, de seu Regimento Interno, acerca da reeleição dos membros de sua Diretoria, com a seguinte redação:

“Art. 26. O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;

II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§ 1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de três anos, permitida a reeleição.

(...)”

A referida alteração teve como objetivo estabelecer tratamento isonômico entre as regras de reeleição para os cargos das Diretorias (artigo 26, § 1º, do RI) e para membro do CBHSF, prevista no artigo 48, caput, do RI/CBHSF, da seguinte forma:

“Art. 48. Os mandatos eletivos terão a duração de três anos, permitida a recondução da entidade membro.”

Por meio do Ofício nº 16/2016/SAS/ANA (em anexo), de 07 de março de 2016, a Agência Nacional de Águas (ANA) questionou a referida alteração regimental ao argumento de que estaria incompatível com o disposto no artigo 8º, IV, § 1º, da Resolução CNRH nº 005/2000, que assim dispõe:

“Art. 8º Deverá constar nos regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o seguinte:

(...)

IV - o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição. (NR) Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º.

§ 1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez.

(...)”

Em razão desse fato, o CBHSF, representado por dois membros de sua Câmara Técnica Legal e Institucional (CTIL), reuniu-se em 12/05/2016 com o Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



EM BRANCO

(SAS) da ANA, Doutor Humberto Cardoso Gonçalves para discussão do assunto. Na ocasião, além da alteração do citado artigo 26, § 1º, foi discutida a alteração do tempo de mandato para os membros do Colegiado e cargos das diretorias, bem como a regulamentação da reeleição para aos mandatos das Diretorias não cumpridos integralmente.

Ao fim da reunião, as partes chegaram ao seguinte entendimento: o CBHSF iria efetuar alteração em seu Regimento Interno nos seguintes termos:

1) reeleição dos membros das Diretorias: o CBHSF, a fim de evitar interpretações conflitantes ou equivocadas sobre esta questão, iria rever a redação atual do parágrafo 1º do artigo 26 de seu Regimento Interno, tendo em vista o disposto no parágrafo 1º do artigo 8º, da Resolução CNRH nº 005/2000;

2) tempo de mandato dos membros do CBHSF e dos Cargos das Diretorias: os mandatos passariam de 03 para 04 anos para se adequarem aos mandatos dos Prefeitos dos Municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

3) mandatos não cumpridos integralmente por membros das Diretorias: o CBHSF iria estabelecer critérios para a renovação de mandato não cumprido integralmente, considerando a falta de regulamentação da matéria pela Lei Federal nº 9.433/97, Resolução nº 005/2000, do CNRH, e o fato de alguns Comitês terem regulamentado a questão, como o CBH Rio das Velhas e CBH Rio Urucuia em Minas Gerais, por exemplo;

4) Ciência das alterações regimentais ao CNRH, após a efetivação das mesmas e conclusão do Processo Eleitoral para renovação dos membros do CBHSF, mandato 2016-2020.

Registre-se que na ocasião a ANA não fez nenhuma objeção e/ou ressalva quanto às alterações regimentais discutidas, o que fez com que o CBHSF considerasse o assunto resolvido.

Pois bem. A poucos dias da Plenária Extraordinária marcada para o dia 08/07/2016, onde seriam discutidas as citadas alterações regimentais, o CBHSF foi surpreendido pela ANA que, por meio do Ofício nº 55/2016-SAS/ANA, de 24/06/16 (em anexo), questionou a proposta de regulamentação dos mandatos incompletos para cargos das Diretorias ao argumento de que seria incompatível com a citada Resolução CNRH nº 005/2001.

Realizada a Plenária, na qual a ANA participou e teve amplo espaço para transmitir seus argumentos em face de sua discordância com as alterações regimentais propostas, o CBHSF, por meio da DELIBERAÇÃO N.º 90, de 08 de julho de 2016 (em anexo), aprovou, sem voto contrário (apenas 08 abstenções), as









alterações nos artigos 26 e 48 do seu Regimento Interno (ata em anexo), que passaram a ter as seguintes redações:

"Art. 26. O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;

II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.

§2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período.

Art. 48. Os mandatos eletivos terão a duração de 04 (quatro) anos, permitida a recondução dos seus membros."

Este é um resumo dos fatos, que serve para demonstrar que o processo de atualização do Regimento Interno do CBHSF vem desde 2013.

## II. Da Legalidade da Ação do CBHSF

Conforme já relatado, o CBHSF aprovou por meio da Deliberação n.º 90, de 08 de julho de 2016, a alteração do art. 26 do seu Regimento Interno, que passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;

II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§ 1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.

§ 2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período.

Pelo teor do ofício nº 55/2016/SAS-ANA, a ANA teria questionado a inclusão do § 2º, acima destacado, que, no seu entender, estaria em desacordo com a Lei nº 9.433/97 e Resolução nº 05/2000 do CNRH.

Inicialmente, é preciso avaliar o conteúdo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Em seu art. 1º, inciso VI, a referida Lei determina que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada.



EM BRANCO



Por sua vez, o art. 32 cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o art. 33 elenca os integrantes do referido sistema, valendo destacar os seguintes:

Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:  
I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;  
I-A. – a Agência Nacional de Águas;  
[...] III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;

Continuando, o art. 35 estabelece as competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, merecendo ressaltar o seu inciso VII:

Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:  
[...]  
VII - aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;

Por fim, o art. 40 determina que "os Comitês de Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um Presidente e um Secretário, eleito dentre seus membros".

Conforme se depreende dos dispositivos acima destacados, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, sendo os Comitês de Bacias Hidrográficas integrantes desse sistema.

Além disso, verifica-se que cabe ao CNRH estabelecer critérios gerais para a elaboração dos regimentos internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, determinando a referida Lei apenas que os mesmos deverão ser dirigidos por um Presidente e Secretário, eleito dentre seus membros.

Desde já, percebe-se que a Lei n.º 9.433/97 não trata especificamente dos mandatos dos gestores dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, visando estabelecer diretrizes gerais para a formação e funcionamento dos referidos Comitês, editou a Resolução nº 05/2000 – CNRH, no exercício do poder regulamentar conferido pela referida Lei (art. 35, inciso VII).

No que diz respeito ao presente caso, a aludida Resolução determina, em seu art. 8º, qual o conteúdo mínimo obrigatório dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas:

Art. 8º Deverá constar nos regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o seguinte:



EM BRANCO



I - número de votos dos representantes dos poderes executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecido o limite de quarenta por cento do total de votos;

II - número de representantes de entidades civis, proporcional à população residente no território de cada Estado e do Distrito Federal, cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação, com pelo menos, vinte por cento do total de votos, garantida a participação de pelo menos um representante por Estado e do Distrito Federal;

III - número de representantes dos usuários dos recursos hídricos, obedecido quarenta por cento do total de votos; e

IV - o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição.

§ 1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez;

§ 2º As reuniões e votações dos Comitês serão públicas, dando-se à sua convocação ampla divulgação, com encaminhamento simultâneo, aos representantes, da documentação completa sobre os assuntos a serem objeto de deliberação;

§ 3º As alterações dos regimentos dos Comitês somente poderão ser votadas em reunião extraordinária, convocada especialmente para esse fim, com antecedência mínima de trinta dias, e deverão ser aprovadas pelo voto de dois terços dos membros do respectivo Comitê.

Conforme se verifica acima, a Resolução nº 05/2000 – CNRH tratou dos mandatos dos gestores dos Comitês de Bacias Hidrográficas de forma mais específica do que a Lei nº 9.433/97, estabelecendo alguns aspectos que os Regimentos Internos dos Comitês devem normatizar: i) mandatos dos representantes e critérios de renovação ou substituição; ii) mandatos coincidentes do Presidente e Secretário; iii) possibilidade de reeleição por uma única vez.

Estabelecidas essas premissas, é preciso analisar se a alteração regimental do art. 26, aprovada por meio da Deliberação CBHSF nº 90, de 08 de julho de 2016, está de acordo com os instrumentos normativos acima referidos.

E analisando o seu teor, percebe-se que ela não ofende a Lei nº 9.433/97, nem a Resolução nº 05/2000 do CNRH.

Com efeito, verifica-se que a alteração aprovada pelo CBHSF atende aos critérios estabelecidos pelas aludidas normas. Quanto ao § 1º, do art. 26, do Regimento Interno, ele mantém os mandatos coincidentes do Presidente e Secretário, bem como a possibilidade de reeleição por uma única vez.

No que diz respeito ao § 2º, ele estabelece critérios de renovação e substituição dos mandatos incompletos dos representantes do CBHSF, exatamente como autoriza o art. 8º, inciso IV, da Resolução nº 05/2000 do CNRH.



EM BRANCO



Nesse sentido, vale esclarecer que tanto a Lei nº 9.433/97, como a Resolução n.º 05/2000 do CNRH, legislaram apenas superficialmente quanto aos mandatos dos gestores dos Comitês de Bacias Hidrográficas, estabelecendo critérios gerais para a elaboração dos seus Regimentos Internos.

Desse modo, cada Comitê está autorizado, quando da elaboração ou alteração do seu Regimento Interno, a, diante de eventual omissão de normas superiores, a legislar supletivamente sobre as peculiaridades inerentes ao caso concreto de sua atuação, desde que não contrarie os parâmetros gerais estabelecidos pela Lei n.º 9.433/97 e pelo CNRH.

Trata-se do exercício do poder normativo ou regulamentar por parte da Administração Pública, conforme lição de ODETE MEDAUAR:

"No direito brasileiro, o poder regulamentar destina-se a explicitar o teor das leis, preparando sua execução, completando-as, se for o caso." (in Direito administrativo moderno. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 114)

Outrossim, negar essa possibilidade de complementar a legislação regimental dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de forma supletiva em casos de omissão da legislação hierarquicamente superior, implicaria em interferência indireta em sua organização administrativa, o que é vedado, tendo em vista que os Regimentos Internos possuem natureza jurídica de matéria interna corporis.

Por fim, vale ressaltar que outros Comitês de Bacias Hidrográficas também possuem redação semelhante em seus Regimentos Internos à aprovada pelo CBHSF, a exemplo do CBH Rio das Velhas e do CBH Rio Urucuia, de Minas Gerais, cujas disposições regimentais seguem abaixo, respectivamente:

#### CBH Rio das Velhas

"Art. 16. O Comitê será presidido por um de seus membros, eleito na forma prevista neste Regimento Interno.

§ 1º O mandato dos membros da Diretoria será coincidente com a eleição dos seus membros, podendo cada um de seus membros se candidatar a mesma função uma única vez no mandato subsequente.

§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior não serão computados os períodos de exercício de cargos da Diretoria inferiores a (01) um ano."

#### CBH Rio Urucuia

"Art. 16 O Comitê será presidido por um de seus membros, eleito na forma prevista neste Regimento Interno e normas complementares aprovadas pelo plenário.

§ 1º O mandato dos membros da diretoria será de 2 (dois) anos, podendo cada um de seus membros ser reeleito uma única vez em quaisquer das funções da diretoria.



EM BRANCO



§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior somente serão considerados os mandatos integralmente cumpridos."

Observa-se, portanto, que as alterações regimentais em questão referem-se a matérias que já se encontram regulamentadas em outros CBHs, e não questionados pela ANA até a presente data, não sendo, desse modo, uma criação e/ou invenção do CBHSF.

### III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a alteração do art. 26 do Regimento Interno do CBHSF, mais precisamente a inclusão do § 2º, decidida por meio da Deliberação n.º 90, de 08 de julho de 2016, está de acordo com a Lei nº 9.433/97 e com a Resolução nº 05/2000 do CNRH, tendo o CBHSF normatizado à questão de forma supletiva, diante de omissão dos atos normativos superiores, e dentro dos limites do seu poder regulamentar, respeitando as normas legais superiores, o CNRH e a ANA.

Destaque-se, ainda, que as alterações ora propostas visam deixar o Regimento Interno do CBHSF em sintonia com as normas legais acima citadas, regulamentar matérias importantes não disciplinadas no âmbito do Comitê (já previstas nos RIs de outros comitês), bem como assegurar um procedimento isonômico para todos os segmentos e representantes no processo eleitoral de 2016, em vias de conclusão, com a posse de seus membros e eleição de seus dirigentes previstas para Setembro/16.

Assim sendo, o CBHSF está convicto de que as alterações regimentais efetuadas são regulares e legais, uma vez praticadas com respeito à legislação hierarquicamente superior e aos normativos do CNRH, e dentro de seu poder regulamentar.

Maceió, 05 de setembro de 2016.

  
Anivaldo de Miranda Pinto  
Presidente do CBHSF







## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO



DELIBERAÇÃO CBHSF Nº 86, de 09 de Dezembro de 2015

*Consolida as alterações promovidas na Deliberação CBHSF nº 79, de 05 de dezembro de 2013, no Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.*

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001, no uso das atribuições,

### RESOLVE:

**Art.1º** Consolidar as alterações promovidas na Deliberação CBHSF nº 79 de 05 de dezembro de 2013, no Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, na forma prevista no Anexo único, parte integrante desta Deliberação.

**Art. 2º** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Salvador/BA, 09 de dezembro de 2015.

Anivaldo de Miranda Pinto  
Presidente do CBHSF

José Maciel Nunes de Oliveira  
Secretário do CBHSF



EM BRANCO

# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

## ANEXO ÚNICO - REGIMENTO INTERNO

### CAPÍTULO I DA NATUREZA JURÍDICA, ÁREA DE ATUAÇÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

#### Seção I Da Natureza Jurídica e Área de Atuação

**Art. 1º** O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF é órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos previstos na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no Decreto de 5 de junho de 2001 e na Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

**Art. 2º** O CBHSF tem como área de atuação a totalidade da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, localizada nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e no Distrito Federal, delimitada pela sua área de drenagem com sua foz.

**Parágrafo único.** Na área de atuação de que trata o caput deste artigo, o CBHSF desenvolverá suas ações com base nos fundamentos da Lei Federal nº 9.433/97, em especial, no que se refere à gestão descentralizada e participativa, entre o Poder Público, os usuários e a sociedade civil.

#### Seção II Da Finalidade

**Art. 3º** O CBHSF tem por finalidade promover:

I - a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, articulando a viabilidade técnica, econômica e financeira de programas e projetos de investimento e apolando a integração entre as políticas públicas e setoriais, visando ao desenvolvimento sustentável da bacia como um todo;

II - a articulação e a integração entre os Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, inclusive integrando as políticas municipais e as iniciativas regionais, estudos, planos, programas e projetos, às diretrizes e metas estabelecidas para o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com vistas a conservar, preservar, proteger e recuperar os recursos hídricos.

**Art. 4º** O CBHSF e sua Agência de Água ou Entidade Delegatária terão sede ou representação em cidades a serem escolhidas pelo Plenário, respeitando-se a representação por região fisiográfica (Alto, Médio, Submédio, Baixo).



EM BRANCO

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

### Seção III Da Competência

#### Art. 5º Compete ao CBHSF:

- I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia e suas alterações, respeitando as diretrizes do CNRH e do Plano Nacional de Recursos Hídricos, compatibilizando, de forma articulada e integrada, os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes ao Rio São Francisco com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica de sua área de atuação;
- IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- V - propor ao CNRH quantitativos de acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos de forma integrada com os critérios definidos no âmbito das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, do Plano da Bacia e do Pacto das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir ao CNRH os valores a serem cobrados na Bacia, em articulação com os Comitês de Bacia Afluentes, de forma integrada com as respectivas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos;
- VII - deliberar sobre as prioridades de aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº 9.433/97;
- VIII - solicitar a criação de sua Agência de Água ou indicar a Entidade Delegatária, mediante processo seletivo prévio, que exercerá a função de secretaria executiva do CBHSF, conforme disposto no art. 41 da Lei Federal nº 9.433/97;
- IX - apreciar a proposta orçamentária da Agência de Água ou Entidade Delegatária e deliberar sobre o Plano de Aplicação, conforme previsto no art. 44, inciso VIII e XI, alínea c, da Lei Federal nº 9.433/97;
- X - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;
- XI - desenvolver e apoiar iniciativas em educação ambiental em consonância com a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- XII - exercer as demais competências definidas pela legislação, em cumprimento à Lei Federal nº 9.433/97 e da sua regulamentação.



EM BRANCO

# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

## CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO, INDICAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

### Seção I Da Composição e Indicação

**Art. 6º** O Plenário do CBHSF será composto por 62 (sessenta e dois) membros titulares de acordo com as representações dos seguintes segmentos e categorias:

I - União, com 5 (cinco) representantes, sendo 1 (um) para cada uma das seguintes instituições:

- a) Ministério do Meio Ambiente;
- b) Ministério da Integração Nacional;
- c) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- d) Ministério de Minas e Energia;
- e) Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

II - Estados, com 6 (seis) representantes, sendo um para cada Unidade Federativa que compõe a bacia hidrográfica, quais sejam: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e o Distrito Federal com 1 (um) representante;

III - Municípios, cujos territórios se situam total ou parcialmente na bacia, com 8 (oito) representantes, assim distribuídos por Estado:

- a) 3 (três) de Minas Gerais;
- b) 2 (dois) da Bahia;
- c) 1 (um) de Pernambuco;
- d) 1 (um) de Alagoas;
- e) 1 (um) de Sergipe.

IV - usuários de recursos hídricos de sua área de atuação, com 24 (vinte e quatro) representantes, distribuídos por cada categoria descrita a seguir:

a) 6 (seis) para abastecimento urbano, inclusive diluição de efluentes urbanos, sendo: 2 (dois) localizados em Minas Gerais; 1 (um) na Bahia; 1 (um) em Pernambuco; 1 (um) em Alagoas e 1 (um) em Sergipe;

b) 5 (cinco) para indústria, captação e diluição de efluentes industriais e mineração, sendo: 3 (três) localizados em Minas Gerais; 1 (um) na Bahia; 1 (um) em Pernambuco;

c) 6 (seis) para irrigação e uso agropecuário, sendo: 2 (dois) localizados em Minas Gerais; 2 (dois) na Bahia; 1 (um) em Pernambuco e 1 (um) em Sergipe;

d) 1 (um) para o hidroviário localizado na Bahia;

e) 4 (quatro) para pesca, turismo e lazer, sendo: 1 (um) localizado em Minas Gerais; 1 (um) na Bahia; 1 (um) em Alagoas e 1 (um) em Pernambuco;



EM BRANCO

f) 2 (dois) para as concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica.

V - entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia, com 16 (dezesesseis) representantes, distribuídas de acordo com as categorias definidas no art. 47 da Lei nº 9.433/97:

- a) 2 (dois), para consórcios e associações intermunicipais ou de usuários, sendo: 1 (um) em Minas Gerais e 1 (um) na Bahia;
- b) 5 (cinco) para as organizações técnicas de ensino e pesquisa ou outras organizações, sendo: 1 (um) de Minas Gerais; 1 (um) da Bahia; 1 (um) de Pernambuco; 1 (um) de Alagoas e 1 (um) de Sergipe;
- c) 8 (oito), para organizações não governamentais, sendo: 4 (quatro) de Minas Gerais; 1 (um) da Bahia; 1 (um) de Pernambuco; 1 (um) de Alagoas e 1 (um) de Sergipe;
- d) 1 (um) para as comunidades tradicionais quilombolas, no âmbito da bacia.

VI - Povos indígenas residentes ou com interesse na bacia, com 2 (dois) representantes eleitos no âmbito da mesma.

§ 1º Cada membro titular contará com um suplente.

§ 2º Os representantes dos segmentos do Poder Público Municipal, dos Usuários de Recursos Hídricos e da Sociedade Civil, titulares e suplentes, serão, obrigatoriamente, de entidades distintas, à exceção das categorias para as quais não haja mais de uma entidade representativa.

§ 3º A indicação dos representantes, titulares e suplentes, dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Distrital, dar-se-á pelo titular de cada órgão representado.

§ 4º O processo de escolha dos membros titulares e suplentes representantes do Poder Público Municipal, dos Usuários e das Organizações Cívicas, dar-se-á mediante eleição e terá ampla e prévia divulgação.

§ 5º O processo de escolha dos membros titulares e suplentes representantes das categorias de usuários, irrigação e pesca, dos Estados de Alagoas e Sergipe poderão alternar conforme deliberação da CCR do Baixo SF.

§ 6º A representação dos usuários da categoria concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica dar-se-á pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, cabendo às mesmas indicar os respectivos suplentes.

§ 7º O representante titular dos usuários da categoria abastecimento urbano será indicado pela empresa estadual de saneamento.



EM BRANCO

## Seção II Das Atribuições dos Membros

**Art. 7º** Aos membros do CBHSF compete:

- I - discutir e votar todas as matérias que lhe forem submetidas;
- II - apresentar propostas e sugerir matérias para apreciação do Plenário;
- III - solicitar vistas de processos ou matérias, devidamente justificadas, que serão apreciadas e decididas pelo Plenário;
- IV - propor ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias, explicitando o assunto a ser tratado, o qual submeterá a decisão a DIREC;
- V - propor inclusão de matéria na ordem do dia, bem como, prioridade de assuntos dela constante;
- VI - requerer votação nominal;
- VII - fazer constar em ata o ponto de vista discordante, quando julgar relevante;
- VIII - propor o convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para trazer subsídios às decisões do CBHSF;
- IX - votar e ser votado para os cargos previstos neste Regimento;
- X - deliberar sobre a solicitação de vistas das matérias e processos;
- XI - propor a criação ou extinção de Câmaras Técnicas;
- XII - participar das Câmaras Técnicas;
- XIII - participar das Reuniões das Câmaras Consultivas Regionais;
- XIV - propor a criação ou substituição da Agência de Água como Entidade Delegatária do CBHSF.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 8º** A Estrutura do CBHSF compreende:

- I - Plenário;
- II - Diretoria Executiva - DIREX;
- III - Diretoria Colegiada - DIREC;



EM BRANCO

- IV - Câmaras Consultivas Regionais - CCR;  
V - Câmaras Técnicas - CT.

### Seção I Do Plenário

**Art. 9º** O Plenário é o órgão deliberativo do CBHSF, composto de acordo com o art. 6º deste Regimento.

**Art. 10.** Durante as reuniões do Plenário os membros suplentes terão direito a voto somente na ausência do respectivo membro titular, mas poderão se manifestar em qualquer situação.

**Art. 11.** São atribuições do Plenário do CBHSF:

- I - deliberar sobre as matérias descritas no art. 5º;
- II - aprovar Moção, quando se tratar de manifestação de qualquer outra natureza, relacionada às finalidades do CBHSF, definidas no art. 3º deste Regimento;
- III - eleger e destituir o Presidente, o Vice-presidente e o Secretário do CBHSF e homologar a indicação dos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais;
- IV - deliberar sobre o Regimento Interno do CBHSF e suas alterações.

**§ 1º** As decisões do CBHSF terão a forma de Deliberação, dando-se conhecimento às partes diretamente interessadas por meio de ofício, carta registrada, e-mail e disponibilizadas no seu sítio eletrônico.

**§ 2º** As Deliberações do Plenário serão numeradas sequencialmente e catalogadas pela Secretaria Executiva do CBHSF.

**Art. 12.** O Plenário do CBHSF reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, sendo uma reunião por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou por número equivalente a um terço do total dos seus membros.

**Parágrafo Único.** As reuniões ordinárias e extraordinárias do CBHSF serão públicas.

**Art. 13.** As reuniões serão instaladas com a presença de, no mínimo, dois terços do total de membros do Plenário do CBHSF, com direito a voto, em primeira convocação e, com maioria absoluta, em segunda convocação, espaçada em uma hora da primeira e, uma vez instalada e iniciada a reunião, suas matérias serão deliberadas por maioria simples.

**§ 1º** No decorrer da reunião, poderá qualquer membro com direito a voto solicitar verificação de quórum e se identificada a redução do quórum de instalação, será confrontada a lista de presença para identificação dos ausentes sem justificativa, caso em que a reunião ficará suspensa por trinta minutos.



EM BRANCO

§ 2º Após o decurso do prazo do parágrafo anterior e não restabelecido o quórum de instalação em segunda convocação, a reunião será retomada com, no mínimo, 1/3 (um terço) do plenário.

§ 3º Os membros do CBHSF serão notificados por escrito da ausência sem justificativa dos representantes e, daqueles custeados com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, será exigida a restituição dos valores.

**Art. 14.** As convocações para as reuniões do CBHSF serão feitas com antecedência mínima de trinta dias, no caso de reuniões ordinárias e, de quinze dias, para as reuniões extraordinárias.

§ 1º A convocação indicará, expressamente, a data, hora e local em que será realizada a reunião, acompanhada da pauta, sendo encaminhada aos membros do Plenário, obrigatoriamente por carta registrada e por meio eletrônico.

§ 2º Será dada ampla divulgação da convocação, inclusive por meio do sítio eletrônico do CBHSF.

§ 3º O encaminhamento da convocação conterá toda a documentação sobre os assuntos a serem tratados, exceto os requerimentos de urgência, devendo constar, obrigatoriamente:

- I - minuta da ata da reunião anterior;
- II - minuta das Deliberações e Moções a serem apreciadas;
- III - documentos encaminhados pelas CT.

**Art. 15.** Não havendo *quórum* para a realização da reunião ordinária, haverá nova convocação, no prazo de quinze dias da primeira convocação, que deverá atender ao *quórum* definido no art. 13 deste Regimento.

**Art. 16.** O Plenário definirá o local onde serão realizadas as reuniões ordinárias e extraordinárias do CBHSE.

**Parágrafo único.** O calendário anual das reuniões ordinárias deverá ser aprovado pelo Plenário na última reunião do ano.

**Art. 17.** As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente das matérias que justificarem suas convocações, somente podendo ser objeto de decisão os assuntos que constem da pauta da reunião.

**Parágrafo único.** Sendo a matéria de decisão alteração do Regimento Interno, será requerido quórum de dois terços do total de membros do Plenário do CBHSF para instalação e aprovação, devendo ser convocada exclusivamente para este fim com, no mínimo, trinta dias de antecedência.



EM BRANCO

**Art. 18.** As reuniões ordinárias e extraordinárias terão suas pautas preparadas pelo Secretário do CBHSF e aprovadas pela Diretoria Executiva, delas constando necessariamente:

- I - abertura de sessão e verificação de *quórum*;
- II - discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III - comunicações;
- IV - apreciação de cada tema objeto da pauta da reunião, seguido de debate;
- V - votação e decisão;
- VI - encerramento.

**§ 1º** Os assuntos a serem tratados deverão, necessariamente, constar do ato de convocação.

**§ 2º** A inclusão de matéria de caráter urgente e relevante não constante da pauta, somente poderá ser apresentada no início dos trabalhos e sua inclusão dependerá de maioria absoluta.

**§ 3º** O Plenário decidirá sobre pedido de vistas e, em caso de concessão, estipulará o prazo de retorno do assunto à pauta.

**§ 4º** Os documentos que venham a ser objeto de pedido de vistas em uma reunião ordinária ou extraordinária, integrarão, obrigatoriamente, a pauta da reunião seguinte para apreciação e não podem ser retirados da pauta por novo pedido de vistas, a não ser por decisão de dois terços dos membros do plenário com direito a voto.

**Art. 19.** O Presidente do Comitê, por solicitação justificada de qualquer membro presente e com direito a voto e por decisão de dois terços destes, poderá determinar a inversão da ordem de itens constantes da pauta.

**Art. 20.** As questões de ordem, que versarão sobre a forma de encaminhamento dos debates e votação da matéria em pauta, poderão ser levantadas a qualquer tempo, por qualquer de seus membros, devendo ser formuladas com clareza.

**Parágrafo único.** As questões de ordem serão decididas pelo coordenador da mesa dos trabalhos.

**Art. 21.** As Decisões e as Moções do CBHSF poderão ser tomadas por, pelo menos, dois terços dos membros presentes com direito a voto.

**§ 1º** As votações serão nominais e abertas.

**§ 2º** Qualquer membro do CBHSF poderá abster-se de votar.



EM BRANCO

§ 3º No caso de empate nas decisões caberá ao Presidente o voto decisório.

**Art. 22.** A matéria a ser submetida à apreciação do Plenário poderá ser apresentada por quaisquer dos membros do CBHSF.

§ 1º A matéria de que trata este artigo será encaminhada ao Secretário do CBHSF, que proporá ao Presidente a sua inclusão na pauta da reunião, conforme a ordem cronológica de sua apresentação, ouvidas, quando couber, as Câmaras Técnicas competentes.

§ 2º As solicitações subscritas por um terço dos membros titulares do CBHSF deverão, obrigatoriamente, ser incluídas na pauta da reunião seguinte.

**Art. 23.** No caso da impossibilidade de comparecimento do membro titular à Reunião Plenária do CBHSF, este deverá informar, em tempo hábil à Secretaria Executiva do CBHSF, para que esta possa comunicar ao membro suplente a ausência do titular.

§ 1º Em caso de membro que tenha suas despesas de locomoção e estadia custeadas pelo CBHSF, o prazo será de, no mínimo, 15 (quinze) dias.

§ 2º A Secretaria Executiva do CBHSF deverá tomar as providências cabíveis para participação do membro suplente na reunião.

§ 3º Comprovada a necessidade, o CBHSF custeará as despesas de deslocamento e estadia dos representantes dos membros indicados no Inciso IV, alíneas "c", "d" e "e", e dos incisos V e VI do art. 6º deste regimento interno, com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, na forma da legislação. *(Parágrafo alterado pela Deliberação CBHSF nº 77 de 05 de dezembro de 2013)*

§ 4º A DIREX a cada mandato do CBHSF, editará Portaria definindo os representantes que terão suas despesas custeadas na forma do parágrafo anterior, inclusive as situações excepcionais.

**Art. 24.** O CBHSF deverá realizar audiências públicas para discussão de matérias consideradas relevantes pelo Plenário, diretamente, ou por meio de suas Câmaras Consultivas Regionais.

**Art. 25.** As atas deverão ser redigidas de forma sucinta, aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário e, posteriormente, tornadas públicas, em especial por meio do sítio eletrônico do CBHSF.

## Seção II Das Diretorias

**Art. 26.** O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;



EM BRANCO



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO



II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§ 1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de três anos, permitida a reeleição.

§ 2º Os membros das Diretorias só poderão ser destituídos por decisão de dois terços do total dos membros do CBHSF, com direito a voto, em reunião extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade.

### Art. 27. São competências da DIREX:

I - Deliberar sobre assuntos de natureza administrativa, encaminhados pelo Presidente ou Secretário do CBHSF;

II - Tratar de assuntos institucionais encaminhados pelo Presidente, Secretário ou Vice-presidente do CBHSF no âmbito de suas atribuições;

III - Encaminhar às CT matérias e propostas de cunho técnico, científico e institucional, atinentes às suas competências.

IV - receber e responder as demandas e solicitações encaminhadas pelas CTs e CCRs;

### Art. 28. São competências da DIREC:

I - Receber e responder as demandas e solicitações encaminhadas pelas CCR;

II - Encaminhar matérias para análise e deliberação do Plenário, por meio do Secretário do CBHSF, respeitados os critérios de prazo e encaminhamento previstos neste Regimento Interno;

III - Deliberar sobre matérias e assuntos encaminhados pelo Presidente do CBHSF;

IV - Deliberar sobre matérias e assuntos encaminhados por quaisquer dos seus membros desde que acatados pela maioria;

V - Encaminhar para análise e deliberação do Plenário os relatórios das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBHSF, acompanhados, quando for o caso, de suas observações, acréscimos ou supressões.

VI - Baseado nos pareceres técnicos, pontuações e critérios estabelecidos nas deliberações aprovadas pelo Plenário, proceder a escolha e priorização dos projetos encaminhados pela Secretaria e pelas CCR;

VII - Propor ao Presidente todas as iniciativas que considerar necessárias ao desempenho das competências do CBHSF;



EM BRANCO

VIII - Definir a composição das CT a partir da manifestação de interesse dos membros do Plenário do CBHSF.

IX - Instaurar procedimento complementar, no prazo máximo de sessenta dias, para o preenchimento de vagas remanescentes do processo eleitoral de membros do plenário do CBHSF, quando não preenchidas pela via ordinária. *(Inciso incluído pela Deliberação CBHSF nº 77 de 05 de dezembro de 2013)*

**Parágrafo único.** A DIREC manifestará por meio de Resoluções, representando a decisão da maioria dos seus membros.

**Art. 29.** São condições para permanência no exercício dos cargos das Diretorias:

- I - ter sido indicado como representante de um membro titular do CBHSF;
- II - ter sido eleito entre seus pares na forma deste Regimento Interno;
- III - manter-se vinculado à Instituição que representava no momento da eleição.

**Parágrafo único.** A perda de qualquer um dos requisitos deste artigo implicará na vacância do cargo.

**Art. 30.** Ocorrida a vacância de qualquer um dos cargos será convocada nova eleição no prazo de 60 (sessenta) dias, para preenchimento da vaga em questão, para complementar o tempo do mandato.

**§ 1º** Em caso de vacância do cargo de Presidente, o Vice-presidente ocupará interinamente até a eleição.

**§ 2º** Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-presidente, simultaneamente, a Presidência do CBHSF será exercida, interinamente, pelo Secretário, até a eleição.

**§ 3º** Em caso de vacância simultânea dos cargos de Presidente, Vice-presidente e Secretário, o membro mais antigo, dentre os Coordenadores das CCR e, em caso de empate, o mais idoso dentre eles, exercerá interinamente a Presidência e convocará eleição a ser realizada no prazo máximo de sessenta dias para completar o Tempo restante do mandato.

**Art. 31.** As despesas de deslocamento e estada dos membros da DIREC e das Câmaras Técnicas, no exercício de suas funções institucionais e/ou para atender a demanda urgente do CBHSF, poderão ser custeadas com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na forma da lei. *(Artigo incluído pela Deliberação CBHSF nº 77 de 05 de dezembro de 2013)*



EM BRANCO

## Subseção I Das Atribuições do Presidente

**Art. 32.** São atribuições do Presidente do CBHSF:

- I - exercer a representação legal do CBHSF;
- II - convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias, designar o seu substituto obedecendo a hierarquia;
- III - encaminhar a votação das matérias submetidas à apreciação do Plenário;
- IV - assinar, conjuntamente com o secretário, as atas das reuniões, as Deliberações e as Moções, após aprovadas pelo Plenário, juntamente com o Secretário;
- V - cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário;
- VI - decidir *ad referendum* os casos de urgência ou inadiáveis, submetendo sua decisão à apreciação do Plenário, na reunião seguinte;
- VII - representar, ou se fazer representar, em atos que o CBHSF deva estar presente;
- VIII - promover a articulação do CBHSF com outros Comitês ou organismos de bacias, em sua área de atuação;
- IX - solicitar aos órgãos e entidades subsídios e informações para o exercício das atribuições do CBHSF e consultar ou solicitar assessoramento a outras entidades relacionadas aos recursos hídricos e preservação do meio ambiente, sobre matérias em discussão;
- X - convidar especialistas, mediante proposta do Plenário ou das Câmaras Técnicas, para debater questões de relevância para o CBHSF;
- XI - exercer as demais competências constantes neste Regimento Interno;
- XII - zelar pelo cumprimento do Regimento Interno;
- XIII - encaminhar às Câmaras Técnicas e Consultivas Regionais assuntos de sua competência para apreciação;
- XIV - designar relatores para assuntos específicos.

## Subseção II Das Atribuições do Vice-presidente

**Art. 33.** São atribuições do Vice-presidente do CBHSF auxiliar o Presidente nas suas tarefas e substituí-lo interinamente, em caso de vacância, ausência ou impedimento.



EM BRANCO

## Subseção III Das Atribuições do Secretário

**Art. 34.** São atribuições do Secretário:

- I - encaminhar às Câmaras Técnicas, para análise e parecer, assuntos de suas competências;
- II - adotar providências administrativas necessárias ao andamento dos processos;
- III - propor ao Plenário, na última reunião plenária de cada ano, o calendário anual de reuniões;
- IV - organizar a pauta das reuniões e submetê-la à aprovação da DIREX;
- V - secretariar as reuniões do Plenário lavrando as respectivas atas e prestando as informações necessárias sobre os processos ou matérias em pauta;
- VI - assessorar o Presidente e o Vice-presidente;
- VII - substituir o Presidente e o Vice-presidente, em caso de ausência ou impedimento de ambos;
- VIII - redigir, sob a forma de Deliberação ou de Moção, as decisões tomadas pelo Plenário, arquivando-as e encaminhando-as à Secretaria Executiva do CBHSF;
- IX - assinar as atas de reuniões, Deliberações e Moções aprovadas em reuniões, juntamente com o Presidente;
- X - colher as assinaturas e registrar a presença dos membros do CBHSF;
- XI - providenciar a divulgação das decisões do Plenário;
- XII - expedir as certidões requeridas ao CBHSF, após autorização da Presidência;
- XIII - elaborar o Relatório Anual das Atividades do CBHSF;
- XIV - cumprir outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Presidente ou pelo Plenário, necessários ao desenvolvimento das atividades do CBHSF.
- XV - receber as demandas das instâncias do CBHSF e encaminhá-las à Secretaria Executiva.

## Seção III Das Câmaras Consultivas Regionais

**Art. 35.** As CCR são instâncias colegiadas formadas com base na divisão fisiográfica da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, composta por:

- I - membros titulares do Plenário do CBHSF, representantes da área de atuação da CCR.



EM BRANCO

II - um representante de cada um dos Comitês de rios Afluentes, legalmente constituídos, na sua área de atuação.

§ 1º Cada membro titular da CCR contará com um suplente que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º O suplente descrito no parágrafo anterior será o mesmo que o titular possui no Plenário do CBHSF.

§ 3º Os Comitês de rios afluentes descritos no inciso II indicam seus representantes, titular e suplente.

§ 4º As CCR serão dirigidas por um coordenador e um secretário, eleitos internamente, dentre os representantes dos membros titulares do Plenário do CBHSF que compõe cada Câmara, aplicando-se ao mandato dos mesmos a regra do Art. 26, parágrafo 1º, deste RI.

§ 5º O coordenador da CCR terá sua indicação submetida à homologação do Plenário do CBHSF como parte da eleição da Diretoria Colegiada.

**Art. 36.** A CCR reunir-se-á, ordinariamente, três vezes por ano, e, extraordinariamente, quando convocada pelo seu Coordenador, ou por número equivalente a um terço do total dos seus membros titulares, deliberando por maioria simples de seus votos.

**Parágrafo único.** As reuniões ordinárias e extraordinárias das CCR serão públicas.

**Art. 37.** Compete às CCR:

- I - promover a articulação e a integração do CBHSF com os Comitês de rios Afluentes;
- II - encaminhar ao Presidente do CBHSF as demandas provenientes dos Comitês de rios Afluentes;
- III - apoiar o CBHSF no processo de gestão compartilhada no âmbito da bacia hidrográfica;
- IV - discutir e apresentar sugestões ao CBHSF, referentes a assuntos relacionados à sua área de atuação;
- V - proceder à divulgação das ações do CBHSF na sua área de abrangência;
- VI - apoiar, no âmbito de sua área de atuação, o processo de mobilização para a renovação dos mandatos de membros do CBHSF;
- VII - realizar as consultas e audiências públicas aprovadas pelo Plenário.
- VIII - receber e encaminhar à DIREC as propostas de projetos a serem custeados com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos.



EM BRANCO

**Art. 38.** A forma de funcionamento das CCR, não definida neste Regimento, será estabelecida pelos seus membros titulares e submetida à Deliberação do Plenário do CBHSF.

### Seção IV Das Câmaras Técnicas

**Art. 39.** As CT são instâncias colegiadas, criadas por Deliberação e composta por membros titulares do Plenário do CBHSF que indicarão seus representantes para compô-las.

§ 1º As Câmaras Técnicas serão constituídas de, no mínimo 7 (sete), e no máximo 13 (treze) membros, aos quais caberá indicar um representante titular e um suplente.

§ 2º A indicação de representantes das Câmaras Técnicas será feita, exclusivamente, por membro titular do Plenário do CBHSF, exceto na Câmara Técnica de Articulação Institucional - CTAI, que poderá também ser feita por Comitê de rio Afluente.

§ 3º A composição de cada Câmara Técnica será definida pela Diretoria Colegiada, a partir de manifestação de interesse dos membros do Plenário do CBHSF.

§ 4º O mandato dos representantes indicados para as Câmaras Técnicas será coincidente com o mandato dos membros do Plenário do CBHSF, aplicando-se aos mandatos do Coordenador e Secretário, no disposto do Artigo 26, § 1º deste RI.

**Art. 40.** Na composição das CT será considerada a natureza técnica, jurídica e institucional do assunto de sua competência e a formação técnica dos representantes a serem indicados, podendo contar com a colaboração de especialistas.

**Art. 41.** As Câmaras Técnicas têm por finalidade o exame de matérias específicas, de cunho técnico-científico e institucional, para subsidiar a tomada de decisões do Plenário, competindo-lhes:

- I - analisar as propostas e estudos relativos a assuntos de sua competência;
- II - manifestar-se sobre assuntos que lhe forem encaminhados pela DIREX;
- III - relatar ao Plenário, conforme o caso, os assuntos por ela analisados;
- IV - solicitar ao consultante, quando necessário, a presença nas reuniões das CT, para esclarecimentos.

**Parágrafo único.** A Câmara Técnica de Articulação Institucional deverá atuar em estreita articulação com os respectivos Sistemas Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas Afluentes e Câmaras Consultivas Regionais.

**Art. 42.** A forma de funcionamento das CT, não definida neste Regimento, será estabelecida pelos seus membros titulares e submetida à Deliberação do Plenário do CBHSF.

EM BRANCO



**Art. 43.** As Câmaras Técnicas serão coordenadas por um de seus integrantes, eleito na primeira reunião, por maioria simples dos votos.

### CAPÍTULO IV

#### DO RELACIONAMENTO COM O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH

**Art. 44.** O Presidente do CBHSF encaminhará ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH questões de competência legal deste, bem como, aquelas que não puderem ser resolvidas no âmbito do CBHSF.

**Art. 45.** Das decisões tomadas no âmbito do Plenário do CBHSF caberá recurso ao CNRH.

### CAPÍTULO V

#### DOS PROCESSOS DE DESLIGAMENTO

**Art. 46.** O membro eleito que não comparecer a duas reuniões plenárias consecutivas do CBHSF, ou três alternadas, sem justificativa acatada, receberá comunicação do desligamento da sua representação.

§ 1º A cada ausência não justificada do membro do CBHSF à Reunião Plenária, a Secretaria Executiva do CBHSF comunicará por notificação escrita.

§ 2º Consumado o desligamento do membro titular, o Presidente convocará o membro suplente para ocupar a vaga, sendo que a vacância da suplência será preenchida por uma das entidades classificadas na ordem de eleição, do mesmo segmento, que completará o mandato em curso.

§ 3º No caso de desligamento dos membros, titular e suplente, as vagas serão preenchidas por entidades classificadas na ordem de eleição, do mesmo segmento, que completará o mandato em curso.

**Art. 47.** No caso de renúncia de membro, seja ele titular, suplente ou ambos, aplica-se, no que couber, o artigo anterior.

### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 48.** Os mandatos eletivos terão a duração de três anos, permitida a recondução da entidade membro.

**Parágrafo único.** A DIREC se mantém até a posse da nova Diretoria.

EM BRANCO

**Art. 49.** A participação dos membros no CBHSF será considerada de relevante interesse público, não ensejando qualquer tipo de remuneração.

**Art. 50.** Os representantes dos membros do CBHSF que praticarem, em nome do mesmo, atos contrários à lei, à ética ou às disposições deste Regimento, responderão pessoalmente por esses atos e poderão ser desligados do CBHSF por meio de um processo administrativo interno.

**Art. 51.** Após a criação da Agência de Água ou Entidade Delegatária, a função de Secretária Executiva do CBHSF será exercida por essa Agência ou Entidade, conforme art. 41 da Lei Federal nº 9.433/97.

**Parágrafo único.** As atribuições inerentes à Secretária Executiva, e necessárias ao perfeito funcionamento do CBHSF, em especial o apoio administrativo, técnico, logístico e operacional e a elaboração de programas de trabalho, de relatórios de gestão e de propostas orçamentárias anuais, serão executadas pela Agência de Água ou por Entidade Delegatária.

**Art. 52.** A DIREX articulará com a ANA e demais órgãos e entidades que integram o SINGREH o apoio necessário ao funcionamento do CBHSF, bem como, para a implementação dos instrumentos previstos na Lei Federal nº 9.433/97.

**Art. 53.** Os casos omissos neste Regimento Interno serão decididos pelo Plenário do CBHSF, normatizando-os quando necessário.

**Art. 54.** Este Regimento Interno entrará em vigor na data da sua aprovação pelo Plenário do CBHSF.

Brasília-DF, 05 de abril de 2013.

*Alterações promovidas pela Deliberação CBHSF nº 86, de 09 de dezembro de 2015.*



EM BRANCO

**DELIBERAÇÃO CBHSF N° 90, de 08 de Julho de 2016**

**Altera a Redação dos artigos 26 e 48 do Regimento Interno do CBHSF**

**O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**, no uso das atribuições; e

**Considerando** o teor do Ofício n.º 16/2016/SAS-ANA, que recomenda a reavaliação da alteração regimental realizada, em razão do disposto na Lei n.º 9.433/97 e na Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, n.º 005/2000;

**Considerando** a proximidade do Processo Eleitoral para a renovação dos membros do CBHSF;

**Considerando** a necessidade de promover os ajustes necessários no Regimento Interno do CBHSF antes da conclusão do Processo Eleitoral, de forma a assegurar a isonomia de todos os segmentos e representantes,

**DELIBERA:**

**Art. 1º.** O artigo 26 do Regimento Interno do CBHSF passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 26.** O CBHSF será dirigido por:

I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;

II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.

§2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período.

EM BRANCO



§3º Os membros das Diretorias só poderão ser destituídos por decisão de dois terços do total dos membros do CBHSF, com direito a voto, em reunião extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade.

**Art. 2º.** O artigo 48 do Regimento Interno do CBHSF passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48. Os mandatos eletivos terão a duração de 04 (quatro) anos, permitida a recondução dos seus membros.

**Art. 3º.** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

*Salvador, 08 de Julho de 2016.*

**Anivaldo de Miranda Pinto**  
Presidente do CBHSF

**José Maciel Nunes de Oliveira**  
Secretário do CBHSF

EM BRANCO

Ofício nº 55/2016/SAS-ANA  
Documento nº: 00000.035940/2016-95

Brasília, 24 de junho de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor  
Anivaldo de Miranda Pinto  
Presidente  
Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco  
Av. Dr. Antônio Gomes de Barros, 625 ? Jatúca  
57.036-000 – MACEIO – AL

Assunto: Proposta de alteração regimental do CBHSF  
Referência: Ofício nº 16/2016/SAS-ANA

Senhor<sup>1</sup> Presidente,

1. Vimos reiterar as recomendações exaradas no Ofício nº 16/2016/SAS-ANA, de 7 de março de 2016, de que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco deve observar os dispositivos legais e respectivos regulamentos emanados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) na proposta de alteração regimental a ser analisada em Plenária Extraordinária a realizar-se no dia 8 de julho de 2016.

2. Consta da minuta de Deliberação a ser apreciada na referida Plenária o seguinte texto (grifo nosso):

*Art. 26. O CBHSF será dirigido por:*

*I – Diretoria Executiva – DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;*

*II – Diretoria Colegiada – DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.*

*§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de quatro anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.*

***§2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos integralmente cumpridos***

3. Da leitura direta da alteração proposta no parágrafo 2º, identifica-se que o comando regimental inova com relação a uma norma hierarquicamente superior, qual seja, a Resolução CNRH nº 5/2000, que apenas diz que “§1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez” (parágrafo primeiro do artigo 8º). Como a referida Resolução CNRH não cita exceções relacionadas a mandatos “integralmente cumpridos”, recomendamos a retirada do parágrafo 2º.

4. Ademais, no dia 12 de maio de 2016, a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do CBHSF, representada pelo seu Coordenador, Sr. Luiz Roberto Porto Farias, e pelo membro Luiz Alberto Rodrigues Dourado, realizou reunião com a SAS no intuito de esclarecer alguns pontos destacados no Ofício nº 16/2016/SAS-ANA. Nesta reunião a SAS reiterou a necessidade de adequação do Regimento

<sup>1</sup> Os documentos destinados à ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br).



EM BRANCO



Interno do CBHSF, alterado no final de dezembro de 2015, e sugeriu a articulação do CBHSF com o CNRH para esclarecimento e possível regulamentação de reeleições em casos de mandatos incompletos de cargos da Diretoria dos comitês.

5. Foi discutida, também durante esta reunião, a possibilidade de ampliação do tempo de mandato dos membros do CBHSF de três para quatro anos. Esta alteração visaria adequar o período dos mandatos dos membros do comitê aos das prefeituras, o que a SAS não encontrou nenhum impedimento legal nessa alteração. No entanto, a minuta de Deliberação propõe datas que não ficam claras e que não estão, aparentemente, em acordo com a proposta de adequação aos mandatos das prefeituras, conforme segue (grifo nosso):

*Art. 48. Os mandatos eletivos terão a duração de 04 (quatro) anos, permitida a recondução dos seus membros.*

*§1º Visando compatibilizar o período de mandato de seus membros com o mandato dos prefeitos municipais, os membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco que tomarem posse em 2016 terão a duração do seu mandato prorrogado até 31 de Julho de 2021.*

6. Dessa forma, recomenda-se a revisão dos prazos definidos na minuta de Deliberação para de fato adequá-los aos períodos dos mandatos das prefeituras.

7. Destaca-se que a intenção desta Agência não é contestar a decisão do CBHSF, mas alertar o CBHSF da incompatibilidade identificada e zelar pelo cumprimento dos normativos do CNRH. Caso a alteração regimental não seja revista, esta Agência dará conhecimento do fato ao CNRH.

8. Por fim, colocamo-nos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais e/ou para auxiliar na elaboração de minuta de ajuste regimental a ser novamente apreciada pelo Comitê.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

EM BRANCO



Ofício nº 16/2016/SAS-ANA  
Documento nº: 00000.012980/2016-69

Brasília, 7 de março de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor  
Anivaldo de Miranda Pinto  
Presidente  
Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco  
Av. Dr. Antônio Gomes de Barros, 625 - Jatiúca  
57.036-000 - Maceló - AL

Assunto: Alteração regimental aprovada pela Deliberação CBHSF n.º 86/2015 acerca de reeleição de membros da Diretoria do CBHSF  
Referência: Nota Informativa 1/2016/CINCS/SAS, doc. 00000.012972/2016-12

Senhor Presidente,

1. Tendo em vista as atribuições desta Agência relacionadas ao acompanhamento e apoio ao funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas, bem como em função do dever de zelar pela observância dos dispositivos legais e respectivos regulamentos emanados do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH, faz-se necessário alertar ao Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco - CBHSF a respeito da alteração regimental aprovada em Plenária de dezembro de 2015.

2. Conforme consta da Deliberação CBHSF n.º 86, de 09 de dezembro de 2015, a alteração em questão disciplina a possibilidade de haver reeleição indefinida de membros da Diretoria (Seção II, art. 26, II, §1º). Transcrevemos:

*Art. 26. O CBHSF será dirigido por:*

*I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;*

*II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.*

*§ 1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de três anos, permitida a reeleição*

3. Da leitura direta da alteração supra referida identifica-se que o comando regimental não encontra respaldo na Resolução CNRH n.º 5/2000, artigo 8º, IV, §1º, que estabelece:

*Art. 8º Deverá constar nos regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o seguinte:*

*IV - o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição.*

*§ 1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de*

1 Os documentos destinados à ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

EM BRANCO



Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez

4. Diante da incompatibilidade identificada entre o dispositivo do Regimento Interno do CBHSF e normativo do CNRH, recomendamos que esse Comitê reavalie a alteração regimental aprovada.

5. Destaca-se que a intenção desta Agência não é contestar a decisão do CBHSF, mas alertar o CBHSF da incompatibilidade identificada e zelar pelo cumprimento dos normativos do CNRH.

6. Destaca-se ainda que, em cumprimento ao estabelecido na resolução CNRH nº 109/2010, o CBHSF deverá encaminhar relatório anual de atividades ao CNRH, até 30 de junho, contendo, dentre outras informações, as relativas às alterações regimentais.

7. Por fim, colocamo-nos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais e/ou para auxiliar na elaboração de minuta de ajuste regimental a ser novamente apreciada pelo Comitê.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



EM BRANCO

# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

MINUTA DA ATA DAS XVII E XVIII PLENÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS NO  
DIA 08 DE JULHO DE 2016 – SALVADOR/BA

Aos oito dias do mês de julho de 2016, às 9h30, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF reuniram-se no auditório do Portobello Ondina Hotel, situado na Av. Oceânica, nº 2.275, em Salvador, Bahia para participarem das XVII e XVIII Plenárias Extraordinárias do CBHSF. **Participaram os seguintes membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães, COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Ana Paula Leal Meira, EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento; Valeska Cavalcante da Costa, CASAL – Companhia de Saneamento de Alagoas; João Carlos de Melo, IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração; Wagner Soares Costa, FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Jadir Silva de Oliveira, SIAMIG – Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais; Sérgio Bastos, FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia; Rafael Araújo de Souza Coelho, FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco; Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro; José Cisino Menezes Lopes, AIBA - Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia; Ednaldo de Castro Campos, AFAF - Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte; Heron Ouriques Gomes, UNIVALE- Associação dos Produtores Rurais Irrigantes do Vale do Moxotó; José Bonifácio Valgueiro de Carvalho, DICOP - Distrito de Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoba; Israel Barreto Cardoso, Associação dos Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro; Domingos Márcio Matos, Colônia de Pescadores Z-60 de Juazeiro; José Maciel Nunes de Oliveira, FEPEAL - Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas; Lessandro Gabriel da Costa, ASF - Associação Ambientalista do Alto São Francisco; Silvia Freedman Ruas Durães, Instituto Opará; José Valtter Alves, Associação Comunitária Sobradinho II; Ronald de Carvalho Guerra, Instituto Gualcuy; Elias da Silva, ADESSUS – Associação de Desenvolvimento Sustentável; Anivaldo de Miranda Pinto, FDA - Fórum de Defesa Ambiental; Rosa Cecília Lima Santos, OSCATMA - Organização Sociocultural Amigos do Turismo e Meio Ambiente; Almacks Luiz da Silva - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina; Yvonilde Dantas Pinto Medeiros, UFBA – Universidade Federal da Bahia; Aluísio Ferreira Gomes, Autarquia Educacional do Vale do São Francisco; Honey Gama Oliveira, OAB/SE - Ordem dos Advogados do Brasil; Cláudio Pereira da Silva, Associação dos Quilombolas da Lagoa das Piranhas; Manoel Uilton dos Santos, Tuxá Rodelas; Astácio Correia Neto, Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata; Edison Ribeiro dos Santos, SEMA - Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; José Luiz de Souza, MI - Ministério da Integração Nacional; Renato Dalla Lana, MME – Ministério de Minas e Energia. **Participaram os seguintes membros suplentes:** José Roberto Valois Lobo, CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas; Antônio José Machado Rocha, Condomínio de Irrigação Paracatu Entre Ribeiras (no exercício da titularidade); Luiz Roberto Rodrigues Dourado, Associação dos Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu; Antônio Eustáquio Vieira, MOVER – Movimento Verde Paracatu; Regina Célia Graco Santos, Associação de Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará; Jorge Izidro dos Santos, Instituto Ecoengenharia; Wilson José da Silva, AMAPAR – Associação dos municípios da Microrregião do Alto Paranaíba (no exercício da titularidade); Josias Gomes Ribeiro Filho, CREA/MG – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (no exercício da titularidade); Antônio Jackson Borges Lima, Prefeitura Municipal de Penedo/AL (no exercício da titularidade); Geraldo Vitor de Abreu - por Maria de Fátima Dias Coelho, SEMAD/MG – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (no exercício da titularidade); Bruno Jardim da Silva, SEMA/BA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; Marcelo Cauás Asfóra, SRHE - Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco (no exercício da titularidade); Gustavo Silva Carvalho, SEMARH/AL – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas (no exercício da titularidade); Pedro de Araújo Lessa, SEMARH/SE – Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (no exercício da titularidade); Athadeu Ferreira da Silva, CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba; Larissa Alves da Silva Rosa, MMA - Ministério do Meio Ambiente (no exercício da titularidade). **Participaram também:** Ana Cristina da Silveira, Rúbia Santos Barbosa Mansur, Célia Maria Brandão Frões, Thiago Batista Campos, Maria Zuleide Monteiro e Juliana Araújo, AGB Peixe Vivo; Humberto Gonçalves, Agência Nacional de Águas; Marisa Beltrão Malta, FASVIPA; Nayara Tayana Beltrão Malta, UNIT/AL; Maria de Fátima de Sá, SEMARH/SE; Jorge Luiz Sotera de Santana, IFS; Marcílio José Rosa e Silva, MESFA; Antônio de Freitas Coelho, EMBASA; Agenor do Amaral Souza Filho, Prefeitura de Juazeiro/BA; Ricardo Follador Coelho, Yayé Comunicação Integrada; Anselmo Caires, CBH Paso; Manoel Ailton R. de Carvalho, CBH Salitre; Roberto Farias, CTIL/CBHSF; Ana Emilia Ataíde, UFBA; Ângela Damasceno, Luciana Khoury, MP-BA. A reunião Plenária iniciou, após atingir o quórum qualificado, com a cerimônia de abertura e composição da mesa com o Sr. Anivaldo Miranda, presidente do CBHSF, o Sr. Edison Ribeiro dos Santos, representante da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, o Sr. Humberto Gonçalves, Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS da Agência Nacional de Águas - ANA, o Sr. Wagner Soares

EM BRANCO



## MINUTA DA ATA DAS XVII E XVIII PLENÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS NO DIA 08 DE JULHO DE 2016 – SALVADOR/BA

Costa, vice-presidente do CBHSF, o Sr. José Maciel Oliveira Nunes, secretário do CBHSF, a Sra. Sílvia Freedman, secretária da CCR Alto SF, o Sr. Cláudio Pereira, coordenador da CCR Médio SF, o Sr. Manoel Uilton, coordenador da CCR Submédio SF e a Sra. Valeska Cavalcante, secretária da CCR Baixo SF. Com a palavra, o presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda, declara aberta a XVII reunião plenária extraordinária do CBHSF e convida a todos a ouvir o Hino Nacional. Após a execução do Hino, o presidente do CBHSF fala que as plenárias irão se concentrar basicamente na alteração do Regimento Interno e no Procedimento de Conflito pelo Uso da Água do Açude do Zabumbão. Faz a contextualização sobre a necessidade de alteração no Regimento Interno do comitê. Diz que a ANA encaminhou correspondência informando das desconformidades entre o que foi aprovado pelo comitê em sua XVI Plenária Extraordinária, realizada em dezembro de 2015 e a Resolução CNRH nº 05/2000. Neste sentido, a Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL do CBHSF ficou encarregada de se debruçar sobre o tema. Representantes da CTIL reuniram-se na ANA para debater o assunto, que ao final restou esclarecido. Finaliza informando que cerca de três dias antes desta plenária, o CBHSF recebeu correspondência da ANA que alterou todo o pensamento de condução que a CTIL imaginava que tivesse concluído. Ato contínuo passa a palavra para o Sr. Humberto Gonçalves, Superintendente da ANA. Este registra a honra de participar pela primeira vez de uma reunião do CBHSF. Explica que há uma incompatibilidade na proposta de alteração do Regimento Interno do CBHSF, quando se trata da questão do mandato da diretoria, em relação à Resolução CNRH nº 05/2000, que é clara permitindo apenas uma reeleição. A CTIL colocou que a questão da reeleição foi ajustada, o que realmente existe é uma lacuna em relação aos mandatos incompletos, não foram regulamentados, que é necessário reformar essa Resolução junto ao CNRH. No ponto de vista da ANA a minuta de Deliberação a ser analisada nesta reunião ainda está em desacordo com a Resolução CNRH nº 05/2000. Sugeriu que houvesse uma articulação junto ao CNRH para agilizar o processo de revisão da Resolução. Diz que não quer intervir no processo legítimo do CBHSF, quer apenas evitar problemas futuros. Para finalizar, propõe auxiliar na articulação junto ao CNRH para atualização desta Resolução, mas antes que isso ocorra, sugere que o CBHSF atente à Resolução vigente. O Sr. Edison Ribeiro cumprimenta a todos e se diz honrado em acolher a Plenária do CBHSF e o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - ENCOB, em Salvador/BA. Na sequência, os demais membros da mesa realizaram seus pronunciamentos de boas vindas. Na oportunidade, o Sr. Manoel Uilton, pergunta ao Superintendente da ANA se a Agência tem alguma ouvidoria, pois gostaria de fazer reclamações em relação à aplicação do recurso da cobrança. Fala que irá apresentar essa denúncia para ANA e para Plenária. Com a palavra, o Sr. Humberto Gonçalves diz que todos os Contratos de Gestão são fiscalizados pela Procuradoria Geral da ANA, Auditoria da ANA, Corregedoria da ANA, CGU e TCU. Informa que recentemente o TCU emitiu relatório sobre a auditoria de conformidade feita em todas as entidades delegatárias e o resultado apresentado foi positivo. Se coloca à disposição para receber o Sr. Manoel Uilton na ANA e encaminhá-lo ao corregedor, auditores e procuradores federais para tirar todas as suas dúvidas. Pede que os questionamentos/denúncias sejam encaminhados ao Diretor Presidente da ANA, Sr. Vicente Andreu. Ato contínuo, o Sr. Anivaldo Miranda fala que o que foi posto por um membro da Diretoria Colegiada poderia ter sido encaminhado primeiramente à própria Diretoria Colegiada do CBHSF. Fala que diante dos fatos apresentados, a DIREC se sente na obrigação de exigir do denunciante que apresente os fatos e as provas ao Plenário para que a questão seja discutida com transparência, e que a entidade delegatária também poderá apresentar sua versão dos fatos. Reitera que nos portais do CBHSF e da AGB Peixe Vivo ficam disponíveis todas as prestações de contas do Contrato de Gestão. Após a mesa ser desfeita, o secretário do CBHSF, Sr. Maciel Oliveira, assume a condução dos trabalhos. Este dá boas vindas a todos e passa para o ponto de pauta da Deliberação sobre a alteração da redação dos artigos 26 e 48 do Regimento Interno do CBHSF. Faz a leitura do Ofício ANA nº 55/2016 encaminhado ao CBHSF com o posicionamento da ANA sobre a proposta de alteração do Regimento Interno do CBHSF. Após a leitura, passa a palavra para o coordenador da CTIL, Sr. Roberto Farias, que faz uma contextualização do processo. Diz que a Resolução CNRH nº 05/2000 está defasada. Explica que a legislação superior é omissa neste sentido e cabe ao CBHSF regulamentar o tema. Faz a apresentação sobre a alteração do Regimento Interno. O Artigo 26 é relativo ao período do mandato da diretoria, a proposta é de quatro anos e permitindo a reeleição uma única vez para a mesma função, considerando apenas os mandatos integralmente cumpridos. O Artigo 48 é relativo ao mandato dos membros do CBHSF, a proposta de quatro anos e compatibilização com o mandato dos prefeitos municipais. Após discussões o secretário do CBHSF coloca em votação a proposta do artigo 26, considerando os mandatos cumpridos acima de dois terços do período. A proposta foi aprovada por 31 votos a favor e 8 abstenções. Na sequência, coloca-se a proposta de alteração do tempo do mandato dos membros do CBHSF de três para quatro anos. A alteração foi aprovada por

EM BRANCO



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

MINUTA DA ATA DAS XVII E XVIII PLENÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS NO  
DIA 08 DE JULHO DE 2016 – SALVADOR/BA

109 unanimidade. Em seguida, foi colocada em votação a manutenção da redação proposta pela CTIL para o artigo  
110 48 e a retirada da questão da compatibilidade com os mandatos dos prefeitos municipais, no mesmo artigo. Por  
111 maioria dos votos, com duas abstenções, a redação do artigo 48 foi aprovada, com a supressão da  
112 compatibilidade com os mandatos dos prefeitos municipais. Os artigos 26 e 48 do Regimento Interno ficaram  
113 com a seguinte redação **Art. 26.** O CBHSF será dirigido por: I - Diretoria Executiva - DIREX, composta pelo  
114 Presidente, Vice-presidente e Secretário; II - Diretoria Colegiada - DIREC, constituída pela DIREX e pelos  
115 Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco. §1º Os  
116 mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única  
117 vez para a mesma função. §2º Para os efeitos do §1º deste artigo somente serão considerados os mandatos  
118 cumpridos acima de dois terços do período. §3º Os membros das Diretorias só poderão ser destituídos por  
119 decisão de dois terços do total dos membros do CBHSF, com direito a voto, em reunião extraordinária,  
120 especialmente convocada para essa finalidade. **Art. 48.** Os mandatos eletivos terão a duração de 04 (quatro)  
121 anos, permitida a recondução dos seus membros. Em seguida, o Sr. Wagner Soares solicita que seja registrada  
122 em ata sua justificativa de abstenção do voto. Diz que não tem objeção sobre o período do mandato, porém  
123 ainda restou a dúvida legal, restando essa dúvida legal, preferiu se abster na votação. Na sequência, o Sr. José  
124 Cisino também justifica sua abstenção, na mesma linha da justificativa anterior. Na oportunidade, o Sr. Marcelo  
125 Asfóra solicita ao CBHSF que avalie um pleito do Estado de Pernambuco para incluir os Conselhos de  
126 Reservatórios como parte das Câmaras Consultivas Regionais, da mesma forma que o previsto para os comitês  
127 afluentes. O secretário do CBHSF informa que a questão será encaminhada à CTIL do CBHSF. O vice-  
128 presidente do CBHSF, Sr. Wagner Soares declara encerrada a XVII Plenária Extraordinária do CBHSF. Após o  
129 intervalo do almoço, o vice-presidente do CBHSF declara aberta a XVIII Plenária Extraordinária do CBHSF.  
130 Com a palavra o secretário, Sr. Maciel Oliveira, informa sobre a inversão da pauta, e que primeiro serão dados  
131 os informes. A palavra é franqueada a Sra. Regina Greco, coordenadora do Grupo de Acompanhamento  
132 Técnico - GAT do CBHSF para falar sobre a atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica  
133 do Rio São Francisco. Esta explana sobre a construção da atualização do Plano, presta esclarecimentos sobre  
134 as metas e investimentos previstos e a metodologia adotada, além de falar sobre os próximos produtos a serem  
135 encaminhados pela empresa NEMUS. Finaliza ao informar que em cada região fisiográfica haverá uma consulta  
136 pública, conjunta com a reunião das Câmaras Consultivas Regionais para divulgação do Plano: Submédio SF,  
137 no dia 22 de julho em Petrolina/PE; Baixo SF, no dia 25 de julho em Penedo/AL; Médio SF, no dia 27 de julho,  
138 em Santa Maria da Vitória/BA e Alto SF, no dia 29 de julho, em Belo Horizonte/MG. Na sequência, o assessor  
139 da diretoria técnica da AGB Peixe Vivo, Thiago Campos, fala sobre a situação dos projetos executados com  
140 recursos da cobrança e o resultado do chamamento público para elaboração de Planos Municipais de  
141 Saneamento Básico. Fala sobre os projetos executados: 1ª fase de projetos: 22 obras finalizadas; 2ª fase de  
142 projetos: 14 obras finalizadas e 6 obras em andamento; 3ª fase de projetos: 8 projetos elaborados e aprovados,  
143 4 projetos contratados e 8 projetos em fase de elaboração. Na sequência, faz uma contextualização do  
144 chamamento direcionado às prefeituras para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, cujo prazo  
145 de apresentação venceu no dia 31 de maio de 2016. Explica os requisitos para manifestação de interesse e os  
146 critérios de seleção dos municípios (Ofício Circular CBHSF nº 01/2016). Demonstra os resultados: total de  
147 municípios inscritos 85, total de inscrições válidas 81. Por Estados: Minas Gerais: 12; Bahia: 39; Pernambuco:  
148 11; Sergipe: 8; Alagoas: 11. Em seguida, o Sr. Alimacks Silva ressalta que os municípios que já recebem  
149 recurso da Compensação Financeira pelo uso de Recursos Hídricos - CFURH, não deverão ser contemplados.  
150 Na oportunidade, a Sra. Ana Catarina fala que o CBHSF deve acompanhar junto às prefeituras a aprovação  
151 desse Plano, auxiliar as prefeituras com um "kit de implantação do Plano" com estudo de formatação legal,  
152 forma de aprovação do Plano, dentre outras questões necessárias. Na sequência, o secretário do CBHSF  
153 informa que quando há a formalização do contrato com a prefeitura, a mesma assina um termo de  
154 responsabilidade e de compromisso, tanto para receber e implementar quanto para transformar o PMSB em Lei  
155 Municipal. Informa que um dos anexos do Plano é a minuta de Projeto de Lei para que a prefeitura possa  
156 discutir na sua procuradoria. Reitera que é importante que as Câmaras Consultivas Regionais acompanhem o  
157 processo de implementação do Plano. Thiago Campos complementa ao dizer que é exigido na equipe da  
158 empresa contratada um advogado especialista em planos diretores. Com a palavra, o Sr. Antônio Eustáquio  
159 reitera que o CBHSF não deve financiar pequenos projetos, e sim grandes projetos para otimizar os recursos.  
160 Na sequência, o Sr. Ronald Guerra propõe que em cada CCR seja realizada uma oficina para discutir a forma  
161 de implementação dos Planos, convidando a FUNASA, Ministério da Integração, Ministério do Meio Ambiente,  
162 Ministério Público, Prefeituras, dentre outros. Em seguida, o secretário do comitê fala sobre as Caravanas de



EM BRANCO

# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

MINUTA DA ATA DAS XVII E XVIII PLENÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS NO  
DIA 08 DE JULHO DE 2016 – SALVADOR/BA

163 Saneamento promovidas pelo Ministério Público da Bahia, com apoio do CBHSF. O Sr. Antônio Jackson fala da  
164 experiência da CCR Baixo de criar uma comissão de acompanhamento dos projetos e dos planos municipais de  
165 saneamento básico. Na sequência, após debates e esclarecimentos, o Sr. Athadeu Ferreira expõe alguns  
166 dados relativos às obras de saneamento concluídas pela CODEVASF. Fala de algumas ações da CODEVASF,  
167 especialmente, sua atuação em onze bacias hidrográficas produtoras de água, em Minas Gerais e na Bahia.  
168 Em seguida, a Dra. Luciana Khoury fala que algumas obras da CODEVASF estão paralisadas. Informa que o  
169 Ministério Público fez o levantamento destas obras inacabadas e que enviará os dados para o Sr. Athadeu  
170 Ferreira. Fala da conquista e dos resultados das Caravanas de Saneamento, um trabalho realizado junto às  
171 prefeituras. Diz que foi identificado que os Planos de Saneamento elaborados pelas empresas contratadas  
172 pelas prefeituras não atendem a Legislação pertinente. Agradece o apoio do CBHSF e da AGB Peixe Vivo na  
173 execução das Caravanas. Com a palavra, o secretário do CBHSF passa para o último ponto de pauta, a  
174 Deliberação sobre o Relatório Final do Procedimento de Conflito de Uso nº 02/2015 - Adutora Zabumbão.  
175 Convida para compor a mesa o relator do processo, Sr. Luiz Dourado, o Sr. Anselmo Caires, presidente do CBH  
176 PASO e a Dra. Luciana Khoury, promotora do Estado da Bahia. Na sequência, o relator do processo fala que o  
177 procedimento teve como aderentes o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim, o Sindicato dos  
3 Trabalhadores Rurais de Érico Cardoso e a Associação de Irrigantes do Vale do Paramirim. Trata-se de um  
179 conflito de uso em face de um projeto de construção, pelo governo do Estado da Bahia, de uma adutora a partir  
180 do reservatório público federal do Zabumbão, um sistema integrado de abastecimento de água. Explana sobre  
181 os trabalhos desenvolvidos pela CTIL do CBHSF em relação ao procedimento. Explica que não houve  
182 conciliação entre o governo do Estado da Bahia e o CBH PASO. Faz a leitura da conclusão e dos  
183 encaminhamentos para ANA, CODEVASF, CBHSF, Governo do Estado da Bahia e CBH PASO, descritos no  
184 Relatório da Comissão. Na oportunidade passa a palavra para o Sr. Anselmo Caires e para a Dra. Luciana  
185 Khoury que expuseram suas considerações, assim como o Sr. Edison Ribeiro, representante do Estado da  
186 Bahia. Após discussões e esclarecimentos, o secretário do CBHSF coloca o Relatório da Comissão  
187 processante em votação, que foi aprovado. Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Maciel Oliveira,  
188 secretário do CBHSF agradece a presença de todos e declara encerrada a XVIII Plenária Extraordinária do  
189 Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Ata da XXIX Plenária Ordinária do CBHSF aprovada em  
190 .....

EM BRANCO





A GAC/DRH

✓ análise e aprovação de  
encaminhamento.

10  
10  
16

  
Sérgio Antonio Gonçalves  
Diretor de Recursos Humanos  
DRH/SRHUMMA

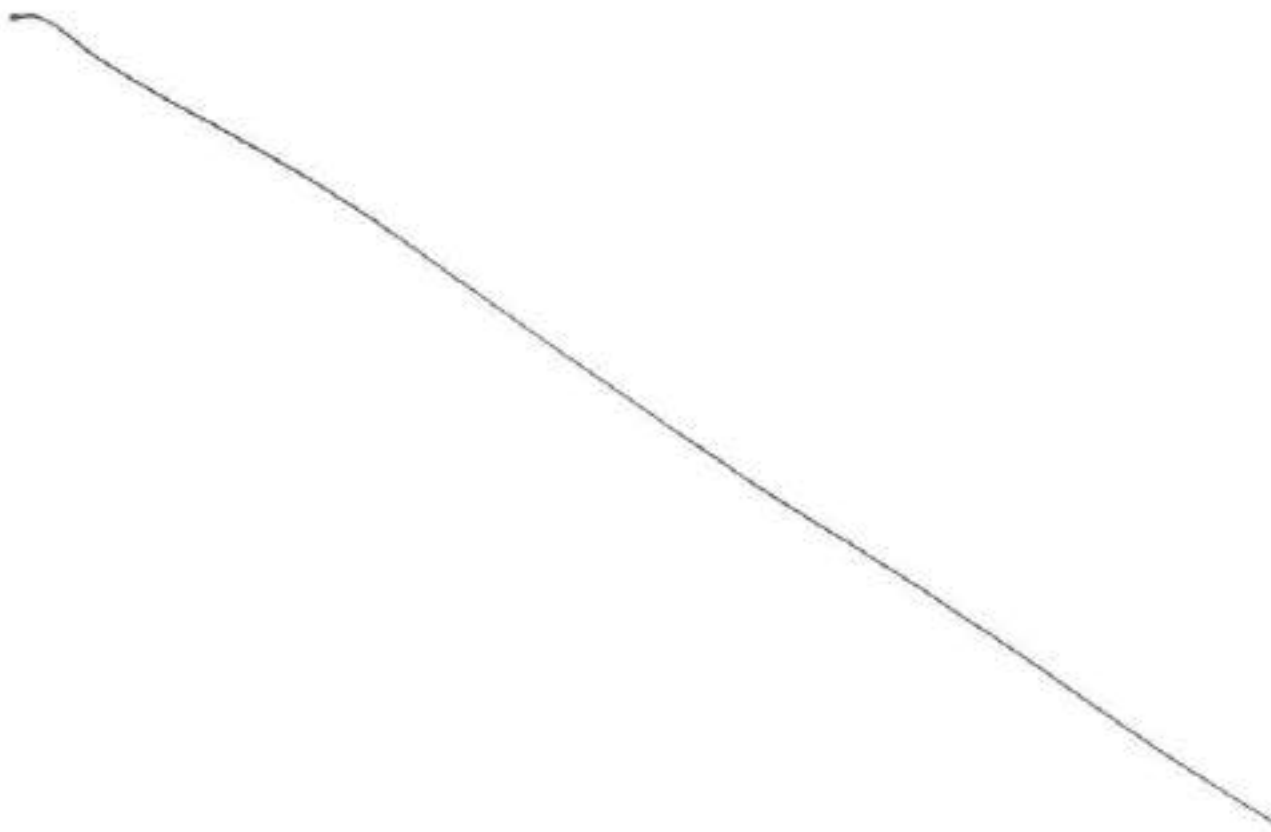
À Dr Anderson

Plas providências decorrentes

10/10/16

14/11/17

JULIO THADDEU ETELHUT  
MMA/SRUM/DRH  
Mat: 1214857



EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS



Processo nº 02000.001255/2016-91

**DESPACHO**

Considerando o Ofício nº 215/2016/AA-ANA, de 04 de agosto de 2016, que comunica a Secretaria Executiva do CNRH sobre possível irregularidade na alteração regimental do CBHSF, realizada pela Deliberação CBHSF nº 90, de 08 de junho de 2016;

Considerando a Nota Técnica nº 32/2016/DRH/SRHU/MMA, que analisou o pleito e solicitou avaliação jurídica da CONJUR/MMA;

Considerando o Parecer nº 00245/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU, que analisou e concluiu juridicamente o fato da desconformidade do §2º do art. 26 do Regimento Interno do CBHSF com o disposto na Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000;

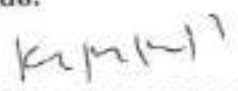
Considerando que o processo eleitoral do CBHSF, para o mandato de 2016-2020, foi realizado e regido nos termos da referida Deliberação em desconformidade com a Resolução CNRH nº 05/2000, reconduzindo ao cargo, o Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, durante a XIX Plenária Extraordinária do colegiado, realizada no dia 16 de setembro do presente ano,

Sugiro que se encaminhe o presente processo para a CONJUR/MMA solicitando que oriente a Secretaria Executiva do CNRH acerca de qual seria o encaminhamento a ser dado diante desses fatos para regularizar a situação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, uma vez constatada a desconformidade do §2º do art. 26 do seu Regimento Interno, e, por conseguinte, da reeleição do Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, durante a XIX Plenária Extraordinária do colegiado, realizada no dia 16 de setembro.

Brasília, 10 de outubro de 2016.

  
**ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA**  
Analista Ambiental

De acordo.

  
**JULIO THADEU SILVA KETTELHUT**  
Gerente de Projeto

  
**SERGIO ANTONIO GONÇALVES**  
Diretor de Recursos Hídricos

De acordo. Encaminha-se a CONJUR/MMA

  
**RICARDO J. SOAVINSKI**  
Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano





## Relatório de Operações do SAPIENS:

As seguintes operações foram realizadas com sucesso:

Tarefa criada com sucesso no NUP 02000.001255/2016-91 para GUSTAVO FIGUEIREDO MELILLO CAROLINO!

Tramitação criada com sucesso no NUP 02000.001255/2016-91!



**TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO**

Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde Assessoria

Nesta data faço a juntada aos processos autos da seguinte manifestação:

☐ Parecer ☒ Nota ☐ Carta ☐ Informação ☐ Despacho ☐ Outros

nº 237/2013, de fls. 76 a 77 tendo como signatário(s) o(s) Dr(a)

DR: GUSTAVO

Brasília 01 / 11 / 16 às 09:03

  
Assessoria e Gerência





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - CONJUR

NOTA n. 00237/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 02000.001255/2016-91

INTERESSADOS: SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ASSUNTOS: ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CBHSF

REF: DESPACHO DE FLS. 74

Senhor Coordenador-Geral,

1. Trata-se do Despacho de fls. 74, por meio do qual a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos encaminha o presente processo à CONJUR/MMA com solicitação de orientação acerca de qual encaminhamento a ser dado diante dos fatos narrados, com o objetivo de regularizar a situação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, uma vez constatada a desconformidade do §2º do art. 26 do seu Regimento Interno e, por conseguinte, da reeleição do Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, durante a XIX Plenária Extraordinária do colegiado, realizada no dia 16 de setembro.

2. A possível irregularidade na alteração regimental do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco foi comunicada por meio do Ofício nº215/2016/AA-ANA, dando origem à Nota Técnica nº 32/2016/DRH/SRHU/MMA e foi objeto de análise por esta Consultoria Jurídica por meio do PARECER n. 00245/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU.

3. Oportuno ressaltar que a irregularidade foi constatada a partir da análise da alteração normativa em face da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000. Assim, no âmbito administrativo, os fatos narrados podem ser levados ao conhecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que, no âmbito de suas competências elencadas na Lei nº 9.433/97, no Decreto nº 4613/2003 e no seu Regimento Interno, avalie as providências que julgar necessárias em relação à violação de sua norma.

4. Diante do exposto, recomendo que a irregularidade constatada no processo eleitoral do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco seja levada ao conhecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que este órgão colegiado delibere acerca de eventuais providências a serem tomadas no âmbito de sua competência.

Brasília, 25 de outubro de 2016.

GUSTAVO FIGUEIREDO MELILO CAROLINO  
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000001255201691 e da chave de acesso 4c6ea3d0

EM BRANCO





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - CONJUR

**DESPACHO n. 01249/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

NUP: 02000.001255/2016-91

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

ASSUNTOS: ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DA BACIA  
HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CBHSF.

1. Ciente.
2. Aprovo a NOTA n. 00237/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU por seus próprios fundamentos.
3. É o breve despacho. Ao apoio da Conjur/MMA para encaminhamento dos autos à SRHU, em resposta.

Brasília, 31 de outubro de 2016.

RAFAEL GOMES DE SANTANA  
PROCURADOR FEDERAL  
CONSULTOR JURÍDICO - EM SUBSTITUIÇÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000001255201691 e da chave de acesso 4c6ca3d0

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL GOMES DE SANTANA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 13499228 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RAFAEL GOMES DE SANTANA. Data e Hora: 31-10-2016 18:57. Número de Série: 102349. Emissor: Autoridade Certificadora da Presidência da República v4.



TERMO DE REMESSA  
Conselho Jurídico junto ao Ministério do Meio Ambiente  
Nesta data faço a remessa dos presentes autos à(o)

SRHU

Brasília 01/11/16 às 09:04

W  
Assinatura e Carimbo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO  
Chefia de Gabinete

DESPACHO

Processo nº 02000.001255/2016-91

Brasília/DF, 03 de Novembro de 2016.

Ào DRH,  
B/ providências

C/ M F de Albuquerque

CLAUDIA M. F. DE ALBUQUERQUE  
Chefe de Gabinete SRHU/MMA

À GAC/DRH

Atos construídos, análise  
e procedimentos cabíveis  
destando-se em conta a Cota/1/06  
Corresp 0237/2016

Srg...  
Sérgio Antonio Gonçalves  
Diretor de Recursos Hídricos  
DRH/SRHU/MMA

04  
11  
16

A Dra Roseli Tavares  
Para as providencias cabiveis  
E 04/11/16  
1011111

JULIO THADEU NETO  
MMA/SN/MDA  
Mat. 1314857